

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LAURA VICENTIN LAMMERHIRT

**O CONE SUL NA ESTRATÉGIA ESTADUNIDENSE DE GUERRA GLOBAL AO
TERROR: o processo de securitização da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e
Paraguai**

Porto Alegre

2014

LAURA VICENTIN LAMMERHIRT

**O CONE SUL NA ESTRATÉGIA ESTADUNIDENSE DE GUERRA GLOBAL AO
TERROR: o processo de securitização da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e
Paraguai**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi

Porto Alegre

2014

LAURA VICENTIN LAMMERHIRT

**A SECURITIZAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA: INSERÇÃO DO CONE SUL NA
ESTRATÉGIA ESTADUNIDENSE DE GUERRA GLOBAL AO TERROR**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 18 de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

Ao meu tio Nando (in memoriam), pelas histórias de
inspiração duradoura das vozes que não hão de ser caladas.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à excelente qualidade do ensino oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seus professores e funcionários, os quais me propiciaram uma formação excepcional ao longo da graduação.

Aos meus pais, Berenice Vicentin e Francisco Lammerhirt, pelo amor incondicional, os ensinamentos intermináveis e as oportunidades que puderam me oferecer desde sempre.

Aos meus irmãos, mentores e melhores amigos, Ana Paula, Márcio Luiz e Cristina, os quais sempre me apoiaram em todas e quaisquer decisões, com ombros e ouvidos disponíveis, nos melhores e piores momentos.

Aos tantos devires de Janaína Freitas, pelas (des)construções constantes e, é claro, pelo carinho imensurável.

À minha irmã de escolha, Nathália Lau Arend, pela amizade exemplar, lealdade inabalável e as tantas risadas.

Às amizades construídas (e retomadas) ao longo dos últimos anos, especialmente aos meus queridos colegas Arthur Chini, Bruno Kern, Bernardo Vinhas, Giovanna Kuele, Jade Lopes, Luiza Dutra, Marjorie Stadnik, Pedro Brancher e Renata Postal, pelo companheirismo inestimável e por todos os momentos inesquecíveis. Agradeço, particularmente, àqueles amigos amados cuja ajuda e disponibilidade para discussões em torno do presente trabalho foram essenciais para sua elaboração: Luíza Cerioli, Mariana Chaise, Camille Remondeau, Pedro Marques e Taiane de Bittencourt.

Agradeço, em especial, ao professor Carlos Arturi, pela orientação atenta ao longo da elaboração deste trabalho, e ao professor Eduardo Svartman, pela iniciação científica.

Muitíssimo obrigada.

It was the best of times, it was the worst of times, it was the age of wisdom, it was the age of foolishness, it was the epoch of belief, it was the epoch of incredulity, it was the season of Light, it was the season of Darkness, it was the spring of hope, it was the winter of despair, we had everything before us, we had nothing before us, we were all going direct to Heaven, we were all going direct the other way - in short, the period was so far like the present period, that some of its noisiest authorities insisted on its being received, for good or for evil, in the superlative degree of comparison only.

A Tale of Two Cities, Charles Dickens.

RESUMO

A presente monografia tem o intuito de contribuir para as investigações acerca do espaço ocupado pelo Cone Sul na lógica estadunidense de combate ao terrorismo e sua relação com o processo de securitização da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. Ao longo da última década, aponta-se a crescente insistência norte-americana, de acordo com os discursos oficiais e veículos midiáticos, na reconfiguração "ameaçadora" da região da Tríplice Fronteira como "santuário" do terrorismo internacional, baseado no fato de lá residir uma comunidade libanesa de expressão significativa, a qual supostamente estaria enviando remessas de dinheiro para o Líbano, e cujo objetivo seria o financiamento do grupo Hezbollah. O objetivo geral da pesquisa consiste na análise do processo de securitização da chamada Tríplice Fronteira, i.e., na maneira com a qual discursos de atores significativos construíram este território como zona de ameaça e a inseriram na agenda de segurança internacional. Baseado em uma análise do discurso hegemônico no concernente à região, de acordo com as premissas teórico-metodológicas da Escola de Copenhague, pode-se concluir que houve uma reconfiguração dos interesses norte-americanos na região a partir dos atentados de setembro de 2001, traduzida na combinação dos discursos antidrogas e antiterrorismo como forma de manter a agenda de segurança do Cone Sul sob esfera de influência estadunidense.

Palavras-chave: Guerra ao Terror. Securitização. Tríplice Fronteira. Cooperação Regional.

ABSTRACT

The following monograph aims to contribute to the investigations regarding the role of the South Cone in the North-American logic of fight against terrorism and its ties to the process of securitization of the Triple Frontier between Argentina, Brazil and Paraguay. During the past decade it's possible to point out the growing North-American persistence, according to the official discourse and media vehicles, on the "threatening" reconfiguration of the Tri-Border Area region as a "safe haven" for international terrorism based on the fact that it has a Lebanese community of significant expression, which would supposedly be sending remittances over to Lebanon, with the final goal of financing the group Hezbollah. The general objective of this research consists in the analysis of the securitization process of the so-called Tri-Border Area, i.e., the way in which the discourse of significant actors built and portrayed this territory as a threatening zone and inserted it in the international security agenda. Based on an analysis of the hegemonic discourse regarding the region, according to the theoretical-methodological premises of the School of Copenhagen, it's possible to affirm that there has been a reconfiguration in the North-American interests in the region after the 9/11 attacks in 2001, translated in the combination of anti-drug and anti-terror discourses as a way of maintaining the South Cone agenda under the influence of the United States.

Keywords: War on Terror. Securitization. Tri-Border Area. Regional Cooperation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Processo de Securitização: Ato de Fala.....	26
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abin - Agência Brasileira de Inteligância

CICTE - Comitê Interamericano Contra o Terrorismo

CRT - *Country Report on Terrorism*

CSNU - Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

EC - Escola de Copenhague

ESI - Estudos de Segurança Internacional

FA - *Foreign Affairs*

FARC-EP - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército Popular

FMI - Fundo Monetário Internacional

GTP - Grupo de Trabalho Permanente

NSCT - *National Strategy for Combating Terrorism*

NYT - *New York Times*

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

PGT - *Patterns of Global Terrorism*

PF - Polícia Federal

RI - Relações Internacionais

TBA - *Tri-Border Area*

T CRS - Teoria dos Complexos Regionais de Segurança

TF - Tríplice Fronteira

TIAR - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

WOLA - *Washington Office on Latin America*

WTC - World Trade Center

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 SEGURANÇA DISCURSIVA: CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA DE COPENHAGUE E PÓS-ESTRUTURALISMO PARA OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL.....	19
2.1 O CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DAS CRÍTICAS ÀS CORRENTES TRADICIONALISTAS.....	19
2.2 SEGURANÇA DISCURSIVA: A ESCOLA DE COPENHAGUE E A CRÍTICA PÓS-ESTRUTURALISTA.....	21
2.3 O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO.....	24
2.4 OS IMPACTOS DO 11 DE SETEMBRO DE 2001 NOS ESI.....	27
3 CONSTRUÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA COMO ESPAÇO DE AMEAÇAS.....	32
3.1 ANTECEDENTES DO PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO	32
3.2 A ASSOCIAÇÃO ENTRE A TRÍPLICE FRONTEIRA E O TERRORISMO.....	34
3.3 ANÁLISE DAS MÍDIAS LOCAIS.....	35
3.4 POSICIONAMENTOS ARGENTINO, BRASILEIRO, PARAGUAIO E ESTADUNIDENSE.....	37
4 A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA PARA AMÉRICA LATINA APÓS 2001.....	44
4.1 A TRANSIÇÃO DAS RELAÇÕES AMÉRICA LATINA-ESTADOS UNIDOS APÓS A GUERRA FRIA	44
4.2 A POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS PARA AMÉRICA LATINA APÓS A GUERRA FRIA.....	46
4.3 A DOCTRINA BUSH E A AMÉRICA LATINA.....	47
4.3 AS POSTURAS E RESPOSTAS SUL-AMERICANAS À ESTRATÉGIA DE GUERRA GLOBAL AO TERROR.....	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	56

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste na elaboração de um estudo de caso acerca do processo de securitização da chamada “Tríplice Fronteira”, de modo a verificar o papel do discurso político hegemônico na (re)configuração deste espaço como foco de ameaça na América do Sul sob a égide da estratégia estadunidense de Guerra Global ao Terror. Baseado nas contribuições da Escola de Copenhague para os estudos de segurança internacional, particularmente através do conceito de “securitização”, o qual pressupõe que o agente securitizador (neste caso, o governo norte-americano) possa adotar medidas de caráter extraordinário sobre um determinado tema. Entende-se, portanto, que o “surgimento” de qualquer ameaça que venha a ser apresentada no trabalho deriva deste processo de construção social de realidades, como será explanado mais adiante. A escolha da adoção das premissas da linha teórica construtivista, em diálogo com vertentes pós-estruturalistas das Relações Internacionais (RI)¹, advém da crítica às insuficiências conceituais das correntes tradicionais da disciplina observadas por Buzan *et al.* (1998), Waever (1996) e Halliday (2007), entre outros autores.

As transições do sistema internacional no período pós-Guerra Fria reconfiguraram as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. A política estadunidense poderia ser definida, a partir de então, como restrita a áreas e temas que iam ao encontro de seus próprios interesses, particularmente no concernente ao combate às chamadas “novas ameaças”, as quais consistiriam em um conjunto de fenômenos e atores, predominantemente não-estatais, engajados em atividades diversificadas, tais como o terrorismo e o crime organizado em geral. A América Latina, durante esse período, representava uma região de baixa prioridade para os Estados Unidos, ainda que nunca completamente negligenciada no que tange a sua agenda de segurança.

Notou-se que a maneira e a intensidade com a qual a região foi inserida nesta mesma agenda oscilou ao longo das últimas décadas, baseada em três pontos focais: (i) a América Central, particularmente durante década de 1980; (ii) a região andina e a questão da "guerra às drogas" estadunidense; e (iii) a região da fronteira comum entre Brasil, Argentina e Paraguai. A partir dos atentados de 11 setembro de 2001, estas duas últimas regiões ganharam destaque, uma vez que toda sorte de atividade considerada criminosa passou a ser associada automaticamente ao

¹ O acrônimo RI será utilizado ao longo do trabalho para se referir à disciplina, diferenciando-a das “relações internacionais” enquanto objeto de análise.

terrorismo internacional. Por partilharem da mesma lógica, as estratégias de “guerra às drogas” e “guerra ao terror” acabaram (con)fundidas e, portanto, inter-relacionadas, permitindo aos Estados Unidos a adoção de práticas excepcionais no subcontinente.

Há muito estigmatizada como região de baixo controle governamental, onde atividades ilícitas não encontrariam maiores barreiras para seu desenvolvimento, o espaço da Tríplice Fronteira foi sendo, aos poucos, inserido na agenda de segurança regional. A coordenação das políticas de prevenção ao terrorismo que, até 2001, era de interesse exclusivo dos governos brasileiro, paraguaio e argentino, passou a contar com a participação do governo estadunidense após o estabelecimento do Mecanismo (ou Comissão) 3 + 1, cujo próprio nome já explicita o caráter extraordinário da inclusão dos Estados.

A última década presenciou, enfim, a crescente insistência norte-americana, de acordo com os discursos oficiais e veículos midiáticos, na reconfiguração "ameaçadora" deste espaço como "santuário" do terrorismo internacional, baseado no fato de lá residir uma comunidade libanesa de expressão significativa, a qual supostamente estaria enviando remessas de dinheiro para o Líbano, e cujo objetivo seria o financiamento do grupo Hezbollah. Em resposta aos esforços estadunidenses à tal construção, destaca-se as diferentes posições de Brasil, Argentina e Paraguai, tendo estes últimos eventualmente se alinhado ao discurso do governo norte-americano, enquanto o Brasil manteve uma posição firme em negar reconhecer quaisquer suspeitas levantadas, até que provas concretas de atividade terrorista na região fossem apresentadas - sem, contudo, refutar a importância da vigilância sobre a fronteira devido à possibilidade de outras atividades criminosas.

Em vista dos acontecimentos expostos, parte-se da hipótese central que a inserção da zona fronteira comum entre Argentina, Brasil e Paraguai na agenda de segurança internacional consistiu um processo dinâmico, intersubjetivo e socialmente construído, o qual teve como principal agente securitizador o governo estadunidense. Como hipótese auxiliar, tem-se que a crescente participação do governo dos Estados Unidos no processo de securitização da Tríplice Fronteira pode ser entendida como uma estratégia deste país de inserção do subcomplexo regional de segurança do Cone Sul em sua tática de combate ao terrorismo internacional. Baseando-se nestas hipóteses, os objetivos consistem em analisar de que modo se deu a construção da concepção da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai como região passível de ser inserida na agenda de segurança internacional. Ademais, buscar-se-á interpretar as

motivações e interesses dos Estados Unidos por trás de seus esforços de liderança no sentido da securitização da Tríplice Fronteira.

Nesse sentido, o trabalho tem a intenção de ressaltar a importância dos discursos políticos na origem dos sistemas de poder, na medida em que a Tríplice Fronteira será interpretada como um espaço socialmente construído e, conseqüentemente, portador de um histórico de transformações. Ainda que este assunto pareça ser delegado, frequentemente, a segundo plano em prol da questão colombiana, a securitização da fronteira comum entre Argentina, Brasil e Paraguai vem sendo articulada há décadas, provando que o Cone Sul não foi ignorado no concernente à regionalização do terrorismo como problema securitário. A insistência estadunidense na hipótese de que a região fronteiriça estivesse servindo de "santuário" terrorista e/ou fonte de financiamento para o "terrorismo islâmico" indica que, longe de representar um assunto secundário, a região é apresentada como uma das principais preocupações dos Estados Unidos em relação ao continente no que tange as análises de segurança internacional.

Não cabe a este trabalho verificar se há correspondência empírica às representações estigmatizadas da Tríplice Fronteira – contudo, independente desta comprovação, entende-se que destes estigmas decorrem a tentativa de justificar as práticas dos diversos atores que operam no processo de securitização. Finalmente, através deste trabalho, espera-se poder contribuir para o debate concernente à compreensão da construção das redes de poder que estruturam as relações interamericanas e das possíveis estratégias adotadas pelos Estados Unidos para manter sua hegemonia sobre o continente sul-americano, as quais se mostram agressivas, ainda que sutis, na sua maneira de se reciclar, reforçar e renovar cotidianamente.

O texto será dividido em três partes, além da presente introdução e considerações finais. O primeiro capítulo, de aspecto teórico-metodológico, trata das contribuições da Escola de Copenhague e do Pós-Estruturalismo para os Estudos de Segurança Internacional, analisando o contexto de emergência destas correntes, além de apresentar do que se trata o processo de securitização; o segundo, por sua vez, disserta sobre a construção da Tríplice Fronteira como um espaço de ameaças, demonstrando, através da análise discursiva de documentos oficiais e mídias locais, como a região foi inserida na agenda de segurança regional. Esta documentação será fundamental para o mapeamento cronológico do processo de securitização da Tríplice Fronteira, sendo possível identificar claramente as mudanças em sua dinâmica do início da década de 1990 para a década seguinte, e desta para a atualidade, levando em consideração eventos-chave como

os atentados em Buenos Aires (1992 e 1994) e os atentados em Nova Iorque (2001); finalmente, o último capítulo consiste na caracterização da política externa dos Estados Unidos para a América Latina no pós-Guerra Fria e, particularmente, após os episódios de setembro de 2001.

1 SEGURANÇA DISCURSIVA: CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA DE COPENHAGUE E DO PÓS-ESTRUTURALISMO PARA OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

1.1 O CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DAS CRÍTICAS ÀS CORRENTES TRADICIONALISTAS

Os Estudos de Segurança Internacional (ESI) tradicionais são estruturados a partir de quatro tópicos, conforme classificação de Buzan & Hansen (2012): o primeiro consiste na eleição do Estado como principal objeto de análise; o segundo, na inclusão de ameaças tanto internas quanto externas às discussões; o terceiro refere-se à expansão do debate para além do âmbito militar e do uso da força; por fim, o último concerne à interpretação da segurança como necessariamente ligada a questões de ameaças e sujeições. Visto que conceitos não possuem significados intrínsecos, é preciso que estes lhes sejam atribuídos conforme o contexto analisado, permitindo múltiplas interpretações (TANNO, 2009). Buzan et al. (1998) buscam questionar a prioridade da questão militar e do Estado na construção do conceito de segurança.

Retomando o debate acerca desta abordagem, autores como Waever (1995;1996), Duque (2009), Tanno (2003) e Musumeci (2011) apontam a importância de analisar os diferentes significados a ele incorporados desde o início da disciplina de ESI enquanto subárea das Relações Internacionais (RI). Para tanto, faz-se necessário compreender o contexto histórico em que diferentes visões acerca desta emergiram, permitindo sua ressignificação. Com a emergência da Guerra Fria, gerou-se uma divisão nas análises de segurança: os estudos estratégicos e os estudos para a paz, provenientes, em sua maioria, dos Estados Unidos e da Europa, respectivamente (DUQUE, 2009). A preocupação nacional norte-americana com o conceito de segurança, durante a primeira metade da Guerra Fria, imprimia-lhe um caráter fortemente militarista (MUSUMECI, 2011).

Ao passo em que se esgotava a dinâmica paranoica, característica da Guerra Fria, no concernente à questão da “apocalíptica capacidade destrutiva” (MUSUMECI, 2011, p.14) do uso de armamentos nucleares, bem como o enfoque militar então privilegiado, os Estudos de Segurança passaram a dividir-se entre os “ampliadores” e os “tradicionalistas”² (BUZAN et al, 1998, p.1). Musumeci (2011, p.36) aponta que é a partir desse debate que o campo dos ESI passa

² No original: “*wideners*” e “*traditionalists*”.

a revisar seus pressupostos, reforçando a noção de segurança como relativa, não podendo adequar-se a “qualquer espécie de padrão absoluto universal”, buscando ampliar e fortificar sua base teórica, levando em consideração outros fatores, além daqueles relativos à força (ainda que subordinados aos recursos de poder).

A partir das insatisfações provenientes das crises da década de 1970 e seus impactos na economia estadunidense, observou-se a emergência de agendas econômicas e ambientais nos debates de RI, assim como a securitização de questões de migração, identidade e crime transnacional nas décadas seguintes (BUZAN et al., 1998; DUQUE, 2009). Resende (2012, p.39) ressalta que a transição para década de 1990 e consequente término da configuração bipolar do sistema internacional, não prevista pelas análises realistas³, foi acompanhado de "um cenário de confusão teórica, para o qual os tradicionais referenciais explicativos se mostravam inadequados”.

Tanno (2003) aponta o fracasso do realismo em prever o final da Guerra Fria como principal fator fortalecedor de seus críticos. Buzan e Little (2001, p.21) caracterizam "o final da Guerra Fria [como] marcado por uma explosão de interesse nas questões sociológicas de identidade e nas questões sobre moralidade e legalidade dos direitos humanos"⁴, concluindo que, de fato, as dinâmicas do sistema internacional não poderiam mais ser reduzidas apenas ao nível das relações interestatais. O debate entre neorrealistas e neoliberais culminou na chamada "Síntese Neo-Neo" (Waeber, 1996), classificando ambas as correntes como vertentes do pensamento racionalista, em oposição ao pensamento reflexivista. A insuficiência explanatória deste debate teórico-epistemológico fomentou a produção de toda sorte de críticas ao estado centrismo e determinismo da estrutura sobre o agente presente em suas análises (ASHLEY, 1984), levando à redefinição de diversas conceitualizações tidas como imutáveis e alheias à história - naturalizadas -, tais como o próprio conceito de segurança.

³ A autora indica ainda que a maneira com que foi encerrada a Guerra Fria foi inédita, qual seja a renúncia soviética à sua condição de superpotência, desestabilizando o pensamento que guiou e consolidou a produção de conhecimento até então vigente. A partir de então, tentativas de reformular as tradicionais escolas realista e liberal deram origem ao neorrealismo - segundo o qual a estrutura do sistema internacional determinaria o comportamento estatal - e o neoliberalismo (ou institucionalismo neoliberal) - o qual ressalta o papel das instituições internacionais no incentivo à cooperação interestatal nas relações internacionais.

⁴ No original: “*The ending of the Cold War saw an explosion of interest in sociological questions of identity and in moral and legal questions of human rights*”.

1.2 SEGURANÇA DISCURSIVA: A ESCOLA DE COPENHAGUE E A CRÍTICA PÓS-ESTRUTURALISTA

Em meio à emergência das perspectivas críticas, tais como os estudos feministas, pós-coloniais e pós-estruturalistas de segurança, cabe ressaltar a importância do construtivismo, cujos trabalhos podem ser divididos em três linhas, segundo Fearon & Wendt (2002): positivista, próxima do realismo e do objetivismo; interpretativista, também objetivista, mas crítica ao determinismo positivista; e pós-moderna, a qual refuta a existência de uma realidade objetiva e de uma separação entre observador e agente. Sua principal crítica diz respeito aos objetivos da explicação, sejam elas causais (no caso dos racionalistas), ou constitutivas (no caso dos construtivistas), as quais questionam o determinismo (neo)realista, desconstruindo seu entendimento das RI como inevitável ou imutável (DUQUE, 2009).

Adler (1997, p. 322) apresenta o construtivismo como um meio termo entre as correntes racionalista e interpretativista: “O construtivismo é a percepção que *a maneira na qual o mundo material molda e é moldado pela ação e interação humana depende de uma normativa dinâmica e interpretações epistêmicas do mundo material*”⁵. O construtivismo posiciona-se entre as duas correntes pelo seu interesse em entender como os mundos material, subjetivo e intersubjetivo interagem na construção social da realidade, além da maneira como agentes individuais constroem socialmente estruturas que geram identidades e interesses. A noção de “poder” para os construtivistas, por exemplo, significa “não só os recursos necessários para impor uma visão sobre as outras, mas também a autoridade para determinar os significados compartilhados os quais constituem as identidades, interesses e práticas de Estados”⁶ (*ibidem*, p.336). A busca pelo esclarecimento das contradições e críticas ao debate construtivista é explorada por diversos autores, como Epstein (2013) e Guzzini (2000).

A corrente ainda pode ser analisada em suas variações convencional e crítica (HOPF, 1998), cuja diferença reside na menor ou maior centralidade das análises de relações sociais de poder, respectivamente. Para os construtivistas, as ideias ocupam lugar central na análise de RI, em detrimento das variáveis materiais e da distribuição relativa de capacidades, tão exploradas

⁵ Grifo do autor. No original: “Constructivism is the view that the manner in which the material world shapes and is shaped by human action and interaction depends on dynamic normative and epistemic interpretations of the material world”.

⁶ No original: “Not only the resources required to impose one’s view on others, but also the authority to determine the shared meanings that constitute the identities, interests and practices of states”.

pelos racionalistas

O construtivismo, dessa forma, busca rever perspectivas estabelecidas no campo de teoria das Relações Internacionais com o propósito de desvendar processos antes desprezados e de chamar atenção para variáveis cuja relevância para análise vinha sendo subestimada. (...) De acordo com os construtivistas, as capacidades materiais e os fatos sociais apenas adquirem significado por meio da estrutura de conhecimento compartilhado na qual se inserem, ou seja, por meio das ideias. (DUQUE, 2009, p.466-467)

Buzan e Little (2001) apontam para o isolamento das RI em relação a outras ciências sociais e à história; as RI são caracterizadas pela recepção de ideias e influências destas, mas ainda encontra dificuldades em exercer as suas próprias influências sobre outras áreas. Esses autores acreditam que um fator determinante para tal isolamento é a tendência ao anacronismo e ao euro centrismo nas análises dos clássicos. O termo “camisa de força vestfaliana”⁷ (*ibidem*, p.25), por exemplo, refere-se à crítica ao elevado número de estudos que compreendem o sistema internacional como um conceito imutável, baseado em um modelo elaborado no século XVII. Outras possíveis causas são o fato de muitos teóricos *mainstream* terem limitado-se ao setor político-militar e à tendência à fragmentação analítica, as quais, ao serem vistas de fora, passam a impressão de estreiteza e reducionismo.

Neorealistas, por exemplo, não veem dificuldade em falar de estrutura política, anarquia-hierarquia, polaridade, como a estrutura do sistema, sem perguntar se existem outras forças que podem afetar a operação do sistema internacional⁸ (BUZAN & LITTLE, 2001, p.30)

A crítica ao euro centrismo é compartilhada por diversos autores pós-colonialistas, tais como Barawi e Laffey (2006), os quais defendem que a centralidade do papel das grandes potências ocidentais e de suas rivalidades resulta na insuficiência analítica do ambiente securitário contemporâneo. Partindo de premissas (neo)realistas ou (neo)liberais, torna-se complicado refletir acerca de questões de guerra e paz que se estendem além da competição entre as grandes potências. Ademais, cria-se uma grande lacuna analítica ao interpretar as dinâmicas internacionais considerando a maior parte dos Estados como "fracos", "marginais", "no melhor dos casos, produto de boas intenções liberais ou, no pior, uma potencial fonte de ameaças" (*ibidem*, p.332).

⁷ No original: “*Westphalian straitjacket*”.

⁸ Grifo do autor. No original: “*Neorealists, for example, see no difficulty about talking of political structure, anarchy-hierarchy, polarity, as **the** system structure, without asking whether there are other forces that might affect the operation of the international system*”.

É nesse contexto que surge, em meados da década de 1980, a Escola de Copenhague (EC), a qual baseava-se em três pilares: a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS), a qual teve como principal contribuição mostrar a inevitável interdependência existente entre diferentes subsistemas regionais (MUSUMECI, 2011); a abordagem multi setorial da segurança, segundo a qual “passou-se a defender que cada setor ou área possui lógica própria, com regras, atores, códigos, discursos e, mais importante, objetos específicos de referência no campo da segurança que, não necessariamente, incluirão o Estado” (TANNO, 2003, p.59); e a teoria da securitização (BUZAN & HANSEN, 2012).

A principal distinção epistemológica central dos ESI é aquela entre concepções objetivas, subjetivas e discursivas de segurança. (...) Abordagens discursivas (...) defendem que a segurança não pode ser definida em termos objetivos e que, portanto, tanto as concepções objetivas quanto subjetivas são enganosas. A Escola de Copenhague defende que a segurança é um ato de fala [*speech act*] (BUZAN & HANSEN, 2012, p.67-68).

Duque (2009) aponta como uma das mais importantes contribuições da Escola de Copenhague para os ESI: a nova fluidez por ela conferida ao diálogo entre os estudos estratégicos norte-americanos e os estudos para a paz europeus. A Escola de Copenhague adotou uma perspectiva mais abrangente acerca das ameaças e das questões securitárias, ainda que, em um primeiro momento, mantivesse o Estado como unidade principal de análise e somente de maneira gradual tenha trabalhado na desconstrução desta premissa realista (TANNO, 2003). Nesse sentido, explicita-se a questão da horizontalização das questões securitárias:

É precisamente esta não hierarquização das questões de segurança que elimina a separação entre *high politics* (de cunho militar) e *low politics* (focada sobre outras questões). É essa horizontalização tanto dos tipos de ameaça quanto dos objetos aos quais se deve prover segurança que abre caminho para a contribuição da Escola de Copenhague para os Estudos de Segurança Internacional (AMARAL, 2010, p.57).

O conceito de securitização representa, portanto, a posição intermediária que a Escola de Copenhague ocupa nos ESI, no sentido em que o alargamento do conceito de segurança é defendido, porém circunscrito a práticas e critérios específicos (DUQUE, 2009). Tanno (2003) ressalta a contribuição de teorias pós-modernas para as relações internacionais. Estas criam uma relação com questões de linguagem na construção da realidade política internacional, particularmente no concernente ao processo de securitização e dessecuritização de atores, relações e espaços, a qual é responsável pela inserção destes nas agendas de segurança internacionais. Epstein (2013) critica o decrescente uso da linguagem na teoria construtivista, tendo em vista que atualmente ela é muito menos utilizada em comparação ao início dos estudos

construtivistas. A autora (*ibidem*, p.502) ainda diferencia o construtivismo do pós-estruturalismo nas RI baseando-se em seus diferentes entendimentos da linguagem: para o primeiro, ela constitui uma estrutura fixa de raciocínio consensual universal acerca do poder; enquanto, para o segundo, a linguagem (ou as linguagens), apresenta-se como estruturas abertas, sempre permeadas por relações de dominação e fixadas somente de forma temporária em um conjunto de significados historicamente elencados, sendo o discurso seu principal objeto de estudo.

Waever (1995) contribui para a discussão acerca dos possíveis entendimentos referentes à ideia de segurança, apresentando-a inicialmente como um conceito e, posteriormente, como um ato de fala. Ao considerar o entendimento tradicional, político-militar, acerca da segurança internacional, nota-se que ele está estritamente ligado à ideia de sobrevivência e legitimação do uso da força para lidar com ameaças - “ao falar ‘segurança’, o representante do Estado declara uma condição de emergência”⁹ (BUZAN et al., 1998, p.21). Entra-se, então, na discussão em torno do que consiste em uma ameaça securitária, ou de quem ela provém, e é em meio a esse contexto que a ideia do processo de securitização é apresentada.

1.3 O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO

Em primeiro lugar, faz-se necessário distinguir politização de securitização: enquanto a primeira é responsável por tornar uma questão responsabilidade da política pública, colocando-a sob decisão do governo; a segunda refere-se à inserção de uma questão na agenda de segurança, ao apresentá-la como uma ameaça existencial, a qual necessitaria de medidas de emergência (BUZAN et al., 1998). Entretanto, fazer esta distinção na prática envolve uma análise mais profunda da questão específica desta diferenciação, tendo em vista que não se trata de uma compreensão consciente acerca dos conceitos, mas de seus significados e impactos implícitos. Para tanto, utiliza-se de ferramentas analíticas específicas, tais como análise textual crítica, a qual permite verificar a maneira como assuntos são apresentados, se eles são priorizados ou não, se acabam sendo securitizados ou dessecuritizados.

Milliken (1999, p.229-230) traz à tona a questão da falta de consenso nas RI acerca das próprias maneiras de estudar discurso, entendendo-os seja como “sistemas de significação”, “questões de produtividade” (de sentidos comuns, de práticas políticas, etc.) ou consistindo na

⁹ No original: “By saying ‘security’, a state representative declares an emergency condition.”

própria “prática”¹⁰. Musumeci (2011) dialoga com diferentes correntes da Linguística, questionando as definições de defesa e segurança a partir da análise de discursos governamentais de livros brancos de diferentes países sul-americanos. Tais documentos baseavam-se em pareamentos semanticamente hierarquizados, limitando-se a oposições de pares mutuamente exclusivos cujo peso é desigual, levando o autor a reconsiderar a própria classificação da América do Sul enquanto complexo regional de segurança.

Segundo a Escola de Copenhague, palavras que fazem referências a ameaças à existência de uma unidade, além de não serem apenas signos linguísticos, trazem consigo a demanda de que medidas sejam tomadas para contrabalançar as ameaças (...) Quando um tema é securitizado, ele sai da esfera da política normal e passa para a esfera da política emergencial, caracterizada pela confidencialidade e pela desconsideração dos mecanismos institucionais normais - o que costuma legitimar, por exemplo, o uso da força (DUQUE, 2009, p.478-479)

Para que um discurso resulte na securitização exitosa de uma questão, ele deve ser aceito pela audiência para qual o mesmo está sendo dirigido, i.e., a securitização não é uma prática passível de ser imposta, mas um processo intersubjetivo e socialmente construído.

O sucesso de uma iniciativa de securitização não depende, todavia, apenas do esforço dos agentes: é preciso que a questão apresentada seja reconhecida socialmente como uma ameaça à segurança. Para tanto, é indispensável que existam significados intersubjetivamente partilhados entre os responsáveis pela formulação e implementação da sua agenda. Pressupõe-se que há limites socialmente definidos para o que pode ou não ser considerada questão de segurança (TANNO, 2003, p.58).

Williams (2003, p.512) argumenta que a EC representa um tipo de “construtivismo social”¹¹, cujas raízes encontram-se na tradição realista. O autor defende que o foco da EC nos atos de fala deveria levar em consideração a crescente participação de distintos veículos midiáticos na produção de discursos e imagens, argumentando que a proporção a qual estas atualmente ocupam na comunicação, e o crescente impacto da televisão, tornaram-se objetos de análise indispensáveis nos estudos discursivos de segurança.

Ainda, de acordo com Duque (2009, p.480), a securitização "coloca as questões [de segurança inseridas na agenda] acima da política normal", o que permitiria a adoção de medidas extraordinárias por parte do agente securitizador. Considerando o processo estudado como intersubjetivo, faz-se necessário compreender suas diferentes unidades, como apresentadas por Buzan et al (1998). São elas: os objetos de referência - objetos do processo, passíveis de encontrarem-se sob ameaça; os atores securitizadores – responsáveis pelo ato de fala o qual dá

¹⁰ No original: “*Systems of signification*”, “*productivity*” e “*the play of practice*”.

¹¹ No original: “*social constructivism*”.

início ao processo; os atores funcionais – os quais fazem parte da dinâmica do processo através de seu posicionamento no concernente à proposta apresenta; e, por fim, a audiência – o público ao qual o ato é destinado (MUSUMECI, 2011; AMARAL, 2010). Assim, para que um processo de securitização seja efetivo, não só é necessário que a audiência reconheça o objeto como uma ameaça, como mostra o esquema apresentado na Figura 1, também é preciso que haja um universo de significados intersubjetivamente partilhados entre os atores (TANNO, 2003).

Como apontado por Duque (2009), por encontrar-se em uma posição intermediária, a Escola de Copenhague recebeu críticas tanto dos tradicionalistas quanto dos estudos pós-positivistas. A crítica tradicionalista, a qual previa que uma ampliação do conceito de segurança poderia resultar em sua banalização e perda de coerência intelectual, foi defendida pelo argumento que o objetivo maior da teoria seria atingir a dessecuritização dos temas, retirando-os do modo emergencial e voltando a tratá-los como questões politizadas, e não securitizadas: “Basicamente, a segurança deveria ser vista como negativa, como um fracasso em lidar com certas questões através da política normal” ¹² (BUZAN et al., 1998, p. 29).

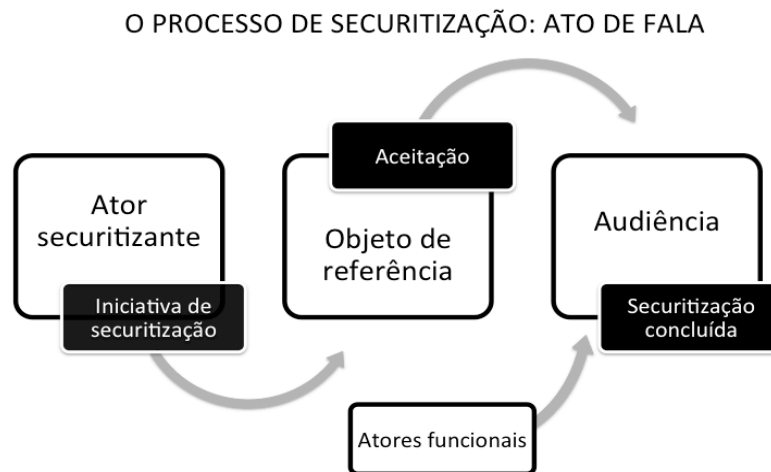


Figura 1
Fonte: Elaboração própria, baseada em Buzan et al. (1998)

Desconstruir a noção de segurança como estritamente ligada à mentalidade militar da Era Nuclear é de extrema importância para uma melhor compreensão das dinâmicas do sistema internacional.

¹² No original: “Basically, security should be seen as negative, as a failure to deal with issues as normal politics”.

O poder disciplinar cria sua problemática através de estratégias de normalização. Essas estratégias se apresentam nas pessoas e nos lugares quando comparadas, diferenciadas, hierarquizada, e homogeneizadas de forma a serem mapeadas como se fossem problemas cuja soluções envolvem na maioria das vezes, distribuição, aprisionamento e vigilância (FOUCAULT, 1979, p.141).

A vertente crítica dos ESI, por sua vez, acusa sua divisão temática da agenda de segurança (nos temas militar, político, econômico, societal e ambiental) de equivaler à naturalização desses conceitos e setores, interferindo na construção social da segurança (DUQUE, 2009). Buzan et al. (1998, p.31) e Buzan & Waever (1997) contra-argumentam que existem “condições facilitadoras”¹³ - sob as quais um ato de fala tem maior facilidade em alcançar seus objetivos - específicas para cada setor, fornecendo à nova agenda de pesquisa dos ESI um objeto de estudo relativamente previsível e flexível, sujeito à diferentes tipos de expansão e aprofundamento. Tanno (2003, p.51) aponta que a Escola não teria conseguido atingir um “desenvolvimento efetivamente criativo se não houvesse incorporados as críticas formuladas pelos autores vinculados às demais perspectivas”.

1.4 OS IMPACTOS DO 11 DE SETEMBRO DE 2001 NOS ESI

Os impactos dos atentados de 11 de setembro de 2001, arquitetados pela organização al-Qaeda contra os Estados Unidos, em cada uma das perspectivas dos ESI é previsto por Buzan (2002) de acordo com os enfoques por elas privilegiadas. No concernente ao construtivismo, o autor aponta:

Se (...) o 11 de setembro vai aumentar o interesse nas razões para a violência (as religiosas, em particular), então os construtivistas estão bem equipados para conquistar uma boa fatia da ação em torno de como tais motivações devem ser entendidas. Vão apontar também os movimentos discursivos que, no momento, competem para elaborar como o evento de 11 de setembro é interpretado, e mostrar como esses movimentos formam um padrão bem diferente daquele definido a partir das capacidades materiais (BUZAN, 2002, p.254).

Apesar de subestimar, em parte, os impactos que os atentados teriam nos debates sobre segurança internacional, a colocação do autor vai ao encontro da posição, de fato, presente no argumento construtivista desde então.

O trauma do episódio de setembro de 2001 no imaginário estadunidense é explorado por Resende (2009) e auxilia a compreensão de seus reflexos sobre a reformulação da nova política

¹³ No original: “*Facilitating conditions*”.

externa dos Estados Unidos através da chamada Doutrina Bush¹⁴. Por política externa, tomam-se as redefinições expostas por Hansen (2008) e Resende (2009), os quais a entendem como práticas discursivas originárias dos processos de constituição e relação entre Estado e identidade, rejeitando seu entendimento como mera reação estatal diante de um sistema internacional hostil.

Campbell (1998) vai ao encontro desse argumento, sugerindo o entendimento da política externa como ferramenta de (re)produção de identidades, reforçando fronteiras quando seus limites parecem menos definidos. Assumpção (2012, p.185), em um artigo sobre fronteiras territoriais e ideológicas no estudo do terrorismo de Estado no Cone Sul, apresenta a expressão “fronteiras ideológicas” como intrinsecamente ligadas a esta questão identitária do reconhecimento do “eu” frente ao “outro”. Musumeci (2011) apresenta, ainda, o resultado dos atentados como um exemplo do conceito de macrossecuritização¹⁵:

Um exemplo potencialmente disruptivo de macrossecuritização na constelação da ordem internacional é a chamada guerra global ao terror (...). De alguma maneira, no entanto, configurando os paradoxos típicos dos tempos hodiernos e retomando as clássicas perspectivas realista e liberal concatenadas pelo racionalismo grociano, esse acontecimento produziu, após uma desestabilização considerável da ordem internacional, uma série de realinhamentos e reforços de lealdades que oportunizaram certo reordenamento, ao menos entre as ‘civilizações’ mais próximas, como formulou Samuel Huntington, muito embora as consequências disso ainda não possam ser notadas e analisadas de maneira bem consolidada pelo próprio caráter recente de todos esses fatos (MUSUMECI, 2011, P.172).

Huysmans (2006) aponta a necessidade de reflexão acerca do conceito de excepcionalidade nas relações internacionais, seu emprego e possíveis consequências, tais como legitimação da tortura, justificativa para o uso preventivo da força, etc. O autor analisa a centralidade deste conceito particularmente no contexto dos atentados de 11 de setembro de 2001. Smith (2004), além de discutir os efeitos dos atentados nas teorias de RI, investiga como estes também impactaram a própria concepção de violência até então defendida. Os episódios desta data trouxeram à tona os debates sobre identidade e política externa nos Estados Unidos, em um contexto de crise existencial excepcional (HUYSMANS, 2006).

Ainda sobre o conceito de excepcionalidade e suas implicações em política externa,

¹⁴ A Doutrina Bush, ou Doutrina Preventiva, foi lançada através da Estratégia de Segurança Nacional, de 2002, a qual prescreve o uso de intervenções militares através, particularmente, de ataques preventivos a nações que ameacem colocar em risco os interesses dos EUA (EUA, 2002).

¹⁵ Os conceitos de constelação de segurança e macrossecuritização referem-se, respectivamente, a macrorregiões nas quais pode-se encontrar um ou mais complexos regionais de segurança e a processos de securitização os quais tais macrorregiões podem sofrer (BUZAN & WAEVER, 2003).

Jackson (2004, p.8-9) aponta que a noção de “emergência suprema”¹⁶ é entendida pelo direito internacional como uma situação em que a própria existência do Estado encontra-se em risco, o que o permitiria tomar as medidas que julgasse necessárias para sua sobrevivência. Jackson (2004) ainda apresenta a relevância do uso de narrativas de ameaça e perigo as quais permeiam os discursos sobre identidade no concernente à guerra ao terror: “A política do medo também funciona para reforçar a unidade nacional, (re)construir a identidade nacional, disfarçar o projeto geoestratégico neo-conservador e reforçar as instituições de coerção estatal”¹⁷ (*ibidem*, p.1).

No caso dos Estados Unidos, autores como Resende (2009) e Jackson (2004) mostram como a construção de ameaças foi e continua sendo central na história da política externa do país. O discurso construtor de ameaças e perigos é utilizado, principalmente com o intuito de legitimar a contra-violência da guerra ao terror (JACKSON, 2004).

O mundo contém uma multiplicidade de perigos (...), mas só aqueles que são *interpretados* como ameaças são os que a sociedade aprende a temer. (...) O espaço entre a percepção de risco da sociedade acerca do terrorismo e a realidade física é criado pela ‘discurso de perigo’ socialmente construído, o qual normaliza o medo¹⁸ (JACKSON, 2004, p.3)

Não cabe a este trabalho entrar nos pormenores de uma discussão tão abrangente quanto aquela acerca do conceito de identidade(s). É necessário, entretanto, ressaltar a importância da sua ligação com a formulação e discursos sobre política externa, particularmente ao analisar o caso dos Estados Unidos após 2001. Segundo Hopf (1998), identidades possuem três funções interconectadas indispensáveis em uma sociedade: elas caracterizam o sujeito em relação a si mesmo, aos outros e tornam possível o reconhecimento dos outros ao próprio sujeito. O autor destaca o fato de o produtor da identidade não ter controle sobre como ela será interpretada pelos outros atores, tornando a estrutura intersubjetiva a principal responsável pela produção de sentidos acerca de determinada identidade.

Embora a concepção de segurança e de ameaças formulada pela corrente abrangente seja radicalmente construtivista, a concepção das relações sociais é objetivista, mesmo durkheimiana, ao manter fixos: (a) alguns tipos de identidades, como as de sociedades e Estados; e (b) alguns tipos de estruturas, como a anarquia e a sociedade internacional (DUQUE, 2009, p.492)

¹⁶ No original: “*Supreme emergency*”.

¹⁷ No original: “*The politics of fear also function to enforce national unity, (re)construct national identity, disguise the neo-conservative geo-strategic project, and strengthen the institutions of state coercion*”.

¹⁸ Grifo do autor. No original: “*The world contains a multiplicity of dangers (...), but it is only those that are **interpreted** as threats that society learns to fear. (...) The gap between society’s perception of the risk of terrorism and the physical reality is created by a socially constructed ‘discourse of danger’ that normalises fear*”.

Barros (2006, p.64) explica que a retomada de conflitos nacionalistas provenientes do desmembramento da União Soviética, aliados à aceleração do processo de abertura de mercados, foram catalisadores para a “(re)introdução” da questão da identidade na agenda de pesquisa dos ESI, a fabricação do “eu” e do “outro”, especialmente pelas teorias feministas. Indo ao encontro do entendimento construtivista, Brubaker & Cooper (2000), discutem o conceito de identidade tanto quanto uma categoria de prática quanto de análise. Assim como o conceito de segurança: “Cultura e identidade foram entendidas por longa data como conceitos de significado fixo e auto-evidente, que não precisariam receber maiores atenções quando utilizados em análises teóricas sobre o funcionamento das relações internacionais” (*ibidem*, p. 66).

O questionamento da própria sociedade norte-americana sobre sua identidade faz com que a “(re)produção da ‘Outricidade’ [como] forma de assegurar a estabilidade da entidade do Estado” (RESENDE, 2009, p.68) seja colocada como pilar inquestionável da política externa estadunidense:

Devemos reconhecer a estreita ligação entre o trauma, a comunidade política e o tipo específico de poder que se encontra em ação: o biopoder. Consoante o conceito de Foucault, o poder estatal no mundo moderno atua fazendo distinções, incluindo, ou excluindo, indivíduos do processo político, a ponto de retirar o valor da vida humana do processo político. (RESENDE, 2009, p.115)

A autora ainda aponta que o discurso baseado na negação do “Outro” vai ao encontro da lógica da guerra preventiva, a qual é adotada pela Doutrina Bush, em desconsideração às prescrições do Direito Internacional, que preveem possibilidade de ataque apenas em legítima defesa. Buzan e Hansen (2012) apontam para a principal mudança nas concepções discursivas de segurança a partir de 2001:

A constituição do Outro iraquiano como terrorista ou vítima se baseava em uma construção do *Self* ocidental como superior, forte, moral e civilizado. Mesmo os discursos que haviam tentado romper explicitamente com essa construção – como aqueles que responderam às explosões de Londres, em julho de 2005 – tinham, no fim das contas e segundo argumentava-se, dificuldades em aparecer com algo genuinamente multicultural e crítico-político em mãos (WEBER; STEPHENS; *apud* BUZAN & HANSEN, 2012, p.367)

Nesse sentido, sobre a construção da imagem do “Outro”, Musumeci (2011, p.54) acrescenta:

(...) aí se aliam as noções de subjetividade e interdiscurso, à medida que o Outro é concebido não como uma presença explícita ou implícita, mas sim como uma ausência, como interdito do discurso. Ele está na zona do não-dizível demarcada pela formação

discursiva, a qual circunscreve a zona do dizível legítimo e delimita o território do Outro que lhe é incompatível, na tentativa de excluí-lo de seu dizer. (MUSUMECI, 2011, p.54)

Isto posto, com os tópicos teóricos necessários devidamente expostos, é possível adentrar a análise do processo de securitização da Trílice Fronteira em si e analisar o papel dos atores envolvidos, além de seus possíveis interesses, nos capítulos subsequentes.

2 A CONSTRUÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA COMO ESPAÇO DE AMEAÇAS

2.1 ANTECEDENTES DO PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO

Com o intuito de compreender como se deu a construção da Tríplice Fronteira como espaço de ameaças e sua inserção na agenda de segurança estadunidense, serão reconstituídos os antecedentes relevantes a este processo. Em primeiro lugar, chama-se atenção para a própria expressão “Tríplice Fronteira”, cuja grafia aponta iniciais maiúsculas, uma vez que ela refere-se a uma interseção específica dentre as nove fronteiras compartilhadas com outros dois Estados que o Brasil possui¹⁹ (AMARAL, 2010; POLETO, 2009; FERREIRA, 2010). Ferreira (2010, p.68) aponta sua ampla acessibilidade, alto grau de permeabilidade e “porosidade fronteiriça” como possíveis motivos que trazem à tona sua relevância nos estudos sobre segurança. Amaral (2010) defende que sua especificidade pode ser explicada pela relevância econômica das cidades limítrofes, bem como o “sistema internacional urbano”²⁰ (RIBEIRO, 2006, p.263) formado por sua infraestrutura integrada.

Antes dos anos 90, quando aparecia uma referência para denominar a região em seu conjunto, se falava de zona, região ou área das três fronteiras. Às vezes aparece a fórmula 'tríplice fronteira' para nomear aquela região (...), nunca como substantivo próprio. (...) A transformação do substantivo próprio 'Tríplice Fronteira' aparece a partir da suspeita da presença de terroristas islâmicos na região, depois dos atentados à embaixada de Israel em Buenos Aires em 1992 e, particularmente, depois do atentado à *Asociación de Mutuales Israelitas Argentinas* em 1994 (RABOSI, 2004, p.24)

Retomando a história da região, entende-se que esta serviu, por muito tempo, de barreira geográfica natural entre áreas urbanas de povos pré-colombianos. Os séculos XVI e XVIII foram caracterizados pela escassa ocupação das missões jesuíticas na região, a qual somente sofreria uma alteração demográfica significativa a partir da Guerra do Paraguai (1864-1870), tornando-se um ponto de imigração. O governo paraguaio passou a incentivar imigrantes a povoar regiões fronteiriças do país, enquanto, tanto por parte da Argentina quanto do Brasil, o povoamento decorreu da criação da colônia militar brasileira do Iguazu em 1888 (AMARAL, 2010; FERREIRA, 2010).

Entre as décadas de 1960 e 1980, a população local da Tríplice Fronteira aumentou

¹⁹ As nove tríplexes fronteiras brasileiras consistem naquelas do Brasil com: a Argentina e o Uruguai; a Argentina e o Paraguai; a Bolívia e o Paraguai; a Bolívia e o Peru; a Colômbia e o Peru; a Colômbia e a Venezuela; a Guiana e a Venezuela; a Guiana e o Suriname; e a França (Guiana Francesa) e o Suriname.

²⁰ No original: “*International urban system*”.

drasticamente. Ferreira (2010) estipula que esta mudança na população de até então 28.000 habitantes resultou no início dos acordos para construção da Usina de Itaipu, em 1973. Os anos 1960 caracterizaram-se pelo aumento do investimento (especialmente brasileiro) em infraestrutura, incentivando o fluxo de bens e mão de obra para região.

(...) o primeiro ciclo produtivo da região, na década de 1960, seria primariamente agrícola e com um desenvolvimento turístico incipiente, enquanto que, a partir da década de 1970, impõe-se com força o ciclo econômica da Itaipu binacional. Este ciclo é fundamental para a compreensão das dinâmicas regionais, posto que, como produto da construção da represa hidroelétrica de Itaipu, a população da cidade de Foz passou de 70.000 habitantes a quase 200.000 (...) Depois de Itaipu, vem uma série de ciclos comerciais, a mais importante começa na década de 1980 e tem como grande impulsora a paraguaia Ciudad del Este enquanto importador e revendedora de artigos ao Brasil. Essa época é chamada ‘ciclo de compra de mercadorias’ ou ‘ciclo dos compristas’, evidenciando o papel que os brasileiros ocuparam nele como compradores. Seria, atualmente, um ciclo em vias de extinção.²¹ (BÉLIVEAU, 2011, p.15)

Nesse mesmo período, houve forte migração de parte da população libanesa devido a questões internas do país²², além de fatores regionais do Oriente Médio – particularmente, após a Segunda Guerra Mundial. Estes imigrantes consistiam majoritariamente de cristãos maronitas e de uma minoria muçulmana (FERREIRA, 2010), e acabaram por constituir, de acordo com Amaral (2010), a segunda mais importante comunidade de ascendência árabe na América do Sul (somente superada pela localizada em São Paulo).

O fato de uma parcela dos imigrantes que residem na região ser original do Vale do Bekaa (zona no extremo sul libanês, na fronteira com Israel, tida como o núcleo de atuação do Hizballah [sic]) e enviar periodicamente variadas somas de dinheiro para o Líbano, levou diversas autoridades norte-americanas a levantarem a hipótese de que a Tríplice Fronteira estivesse servido como fonte de financiamento para o Terrorismo Internacional (...).” (AMARAL, 2010, p.31)

Entretanto, esta hipótese é relativamente recente, tendo sido apresentada no relatório do Congresso norte-americano em 2003, intitulado “*Terrorist and Organized Crime Groups in the*

²¹ No original: “(...) *el primer ciclo productivo de la región, en la década de 1960, sería primariamente agrícola y con un desarrollo turístico incipiente, mientras que a partir de la década de 1970 se impone con fuerza el ciclo económico de Itaipú binacional. Este ciclo es fundamental para la comprensión de las dinámicas regionales, puesto que como producto de la construcción de la represa hidroeléctrica de Itaipú la población de la ciudad de Foz pasó de 70 000 habitantes a casi 200 000 (...). Después de Itaipú sobreviene una serie de ciclos comerciales, la más importante comienza en la década de 1980 y tiene como gran impulsora a la paraguaya Ciudad del Este en tanto importadora y revendedora de artículos hacia Brasil. Esta época es llamada ‘ciclo de compra de mercaderías’ o ‘ciclo de los compristas’, evidenciando el papel que los brasileños ocuparon en él como compradores. Sería, actualmente, un ciclo en vias de extinción’.*”

²² Dentre elas, destaca-se a crise interna do Líbano, em 1958, cuja resolução contou com a participação militar dos Estados Unidos.

Tri-Border Area (TBA) of South America”²³ (HUDSON, 2010). Ferreira (2010) ressalta que foi a partir dos anos 1990 que a comunidade árabe passou a ser relacionada com o terrorismo, em decorrência dos atentados à embaixada de Israel em Buenos Aires, em 1992, e à *Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA)*, em 1994, na mesma cidade, os quais resultaram no saldo de 85 mortos e 300 feridos. Ambos os episódios permanecem pouco esclarecidos, embora sua autoria tenha sido atribuída a comandos iranianos. A participação dos Estados Unidos nas investigações do caso AMIA foi intensa, especialmente após o primeiro atentado ao World Trade Center (WTC) em 1993²⁴.

2.2 A ASSOCIAÇÃO ENTRE A TRÍPLICE FRONTEIRA E O TERRORISMO

As primeiras associações entre a região e o terrorismo internacional podem ser verificadas através do documento intitulado “*Patterns of Global Terrorism*”²⁵ (PGT), de 1993 (ESTADOS UNIDOS, 1993), no qual também se percebe que as definições de terrorismo apresentadas dão margem a diversas interpretações, as quais permitiriam, por sua vez, numerosas formas de ação por parte do governo estadunidense. Os relatórios PGT dos anos subsequentes reforçariam a hipótese da ameaça do terrorismo internacional na América do Sul e o apontamento do Hezbollah como principal suspeito (ESTADOS UNIDOS, 1996; 1997; 1998; 1999). Ainda que os governos dos três países da Tríplice Fronteira neguem a presença de atividade terrorista na região, o governo norte-americano insistiu em participar do seu monitoramento após o 11 de setembro de 2001. Segundo Abbott (2004, p.53) “a não ser que [os líderes da Tríplice Fronteira] cooperem com a Estratégia Nacional dos EUA para Combater o Terrorismo, a América Latina continuará a ser um alvo lucrativo para financiamento, recrutamento e *safe haven* terrorista”²⁶.

O conceito de *safe haven*²⁷ no discurso acerca do terrorismo global é explorado por Ferreira (2010, p.69) em sua tese - em geral, esta denominação é utilizada para caracterizar “áreas seguras

²³ “Grupos terroristas e de crime organizado na Tríplice Fronteira (TF) da América do Sul” (tradução própria).

²⁴ O atentado ocorreu em fevereiro de 1993, e consistiu na explosão de um furgão na garagem subterrânea do WTC. Os supostos autores foram presos e condenados, mas os motivos por trás da ação não foram devidamente esclarecidos.

²⁵ “Padrões do Terrorismo Global” (tradução própria). O relatório PGT, principal documento no qual se pode detectar a percepção dos Estados Unidos acerca de outros países e suas visões concernentes ao terrorismo global, passou a chamar-se *Country Report on Terrorism (CRT)* após 2004. Esse relatório diz respeito aos dados do ano anterior à sua publicação, portanto, sempre que ele for utilizado ao longo da pesquisa, é preciso ter em mente que ele refere-se ao ano anterior da publicação citada.

²⁶ No original: “*Unless its leaders cooperate with the U.S. National Strategy for Combating Terrorism, Latin America will remain a lucrative target for terrorist funding, recruiting, and safe haven*”.

²⁷ Algo como um “abrigo”, ou “santuário”, em português (tradução própria).

para refugiados em conflitos armados”. Para os Estados Unidos, entretanto, segundo sua Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo²⁸ (NSCT) de 2006, elas consistem em “áreas não governadas ou sub-governadas (...) - espaços seguros que permitem aos (...) inimigos organizar, treinar e preparar operações”²⁹ (EUA, 2006, p.16). Indo ao encontro dos argumentos de Abbott (2004), autores como Connell (2004) também defendem veementemente a análise da Tríplice Fronteira como um *safe haven* para o terrorismo islâmico. Ferreira (2010, p. 77) adverte que “existem discussões de que por trás do conceito de *safe haven* há um forte conteúdo ideológico por parte dos *decision-makers* e alguns analistas estadunidenses”. De fato, o conceito é controverso e carrega consigo um tom pejorativo inegável, uma vez que não há como determinar precisamente se uma área é governada, mal governada ou sub-governada, além dele apresentar-se “intimamente ligad[o] a preconceitos e noções distorcidas sobre o Islã” (*ibidem*, p.79).

2.3 ANÁLISE DAS MÍDIAS LOCAIS

A partir do levantamento de reportagens realizado, nota-se – em maior ou menor grau - a reprodução do discurso oficial de Washington pelas mídias locais. O jornal norte-americano *The New York Times* (NYT), em consonância com a rede de notícias NBC, bem como a revista *Foreign Affairs* (FA), tratou da questão com pouco questionamento acerca das provas e evidências que levariam a crer que houvesse atividade terrorista na Tríplice Fronteira durante a primeira década de 2000. A matéria “Região da América do Sul sob vigilância para sinais de terroristas”³⁰, de 2002, por exemplo, caracteriza a região como “um lugar corrupto e caótico, onde praticamente qualquer coisa, de drogas e armas, a *softwares* piratas e uísque adulterado, está disponível para qualquer um que possa pagar o preço”, a qual “desde os ataques do 11 de setembro (...) foi transformad[a] em uma espécie de Casablanca” (NYT, 2002). Os próprios títulos de outras reportagens apontam o teor e intensidade da caracterização negativa do espaço, como é o caso da matéria de 27 de setembro de 2001, “Terroristas são procurados em santuário de contrabandistas”³¹, e do artigo da FA de 2012, “Encrenca na Tríplice Fronteira – A fronteira

²⁸ No original: *National Strategy for Combating Terrorism*.

²⁹ No original: “*ungoverned or under-governed areas (...) - secure spaces that allow our enemies to plan, organize, train, and prepare for operations*”.

³⁰ No original: “*South American Region Under Watch for Signs of Terrorists*”; “*a corrupt, chaotic place where just about anything from drugs and arms to pirated software and bootleg whiskey are available to anyone who can pay the price*”; e “*Since the Sept. 11 attacks, (...) has been transformed into a sort of Casablanca*”.

³¹ No original: “*Terrorists are Sought in Latin Smugglers’ Haven*”.

sem lei onde Argentina, Brasil e Paraguai se encontram”³².

As mídias sul-americanas analisadas, por sua vez, apesar de tratarem do assunto de maneira hipotética – através de conjugações verbais no futuro do pretérito do indicativo, além de expressões tais como “sugere”, “buscam evidências” (PARO, 2007) -, acabam por corroborar este mesmo discurso, posicionando-se mais próximas dos argumentos da imprensa estrangeira do que das declarações oficiais de seus próprios países acerca do tema. O periódico paraguaio *ABC Color* cobriu o protesto contra o acordo Argentina-Irã, quando se completaram 19 anos dos atentados contra a AMIA nas reportagens de julho de 2013. O mesmo periódico noticiou, no mês seguinte, que os órgãos de segurança paraguaio reativariam a investigação sobre supostos atores do Hezbollah na Tríplice Fronteira em publicação intitulada “Suspeitam que o Hezbollah reativou célula de arrecadação na tríplice fronteira”³³. Em 2014, na notícia “Afirmam que terroristas do Hezbollah são financiados na Tríplice Fronteira”³⁴, alegam que o grupo “teria cada vez mais força” na região (ABC COLOR, 2014), uma semana antes do atentado à AMIA completar 20 anos. Na data em si, o tema seria retomado junto à questão da necessidade de maior investigação do caso. Chama-se a atenção para a resposta do jornal ao informe dos Estados Unidos sobre terrorismo com a publicação “O Informe ‘não é notícia nova’”³⁵.

O jornal argentino *Clarín* utiliza um tom similar ao periódico paraguaio, no sentido de oscilar entre a reprodução idêntica do discurso estadunidense e o jogo de palavras que demonstram suposição e recusa a afirmar quaisquer dados concretos. Um exemplo é a matéria “O alcance das provas acumuladas no caso AMIA contra os iranianos - as dúvidas que Cristina Kirchner manifestou sobre a investigação do atentado”³⁶. Nesse sentido, o *Página 12* também conta com diversas publicações de diferentes posicionamentos, tal como “Demônios e demônios”³⁷, de 2002, “Mais terror e drogas”³⁸, de 2003, “Há dez anos do ‘11 de setembro’ argentino”³⁹, de 2004, “Tríplice Fronteira, o mito da terra sem lei”⁴⁰, de 2006, e “Os Estados

³² No original: “*Trouble on the Triple Frontier – The Lawless Border Where Argentina, Brazil and Paraguay Meet*”.

³³ No original: “*Sospechan que Hizbulá reactivó ala de recaudación en la triple frontera*”.

³⁴ No original: “*Afirman que terroristas de Hizbulá son financiados en Triple Frontera*”; e “*tendrían cada vez más fuerza*”.

³⁵ No original: “*Informe ‘no es noticia nueva’*”.

³⁶ No original: “*El alcance de las pruebas acumuladas en la causa AMIA contra los iraníes - las dudas que Cristina Kirchner manifestó sobre la investigación del atentado*”.

³⁷ No original: “*Demonios y demônios*”.

³⁸ No original: “*Más terror y drogas*”.

³⁹ No original: “*A diez años del ‘11 de septiembre’ argentino*”.

⁴⁰ No original: “*Triple frontera, el mito de la tierra sin ley*”.

Unidos necessitam da violência na Colômbia”⁴¹, de 2008.

Após o vazamento de informações através do site Wikileaks em 2010, o assunto ressurgiu expondo as desconfianças e iniciativas de espionagem dos Estados Unidos em relação às intenções dos governos envolvidos na vigilância da região. Estas descobertas não foram bem recebidas pelos países sul-americanos e causaram, particularmente no caso do Brasil, um mal-estar diplomático com a administração Obama. Na matéria “Os EUA expandem o papel de diplomatas na espionagem”⁴², de 2010, o NYT cita a investigação do Departamento de Estado no Paraguai em 2008, a qual buscava evidências da presença da al-Qaeda, Hezbollah e Hamas na Tríplice Fronteira “sem lei” (NYT, 2010). A revista brasileira Carta Capital publicou uma série de artigos sobre o assunto naquele mesmo ano, tais como “Wikileaks: documentos revelam que Itamaraty é considerado inimigo da política dos EUA”. Em 2011, no marco dos 10 anos após os atentados de 2001, a mesma revista citou que “já há alguns anos, a CIA vem alertando sobre a provável presença de extremistas islâmicos, alguns possivelmente ligados à organização de Bin Laden, na região de Foz do Iguaçu (...)”, em reportagem intitulada “O príncipe da morte” (CARTA CAPITAL, 2011). Em mesma ocasião, a revista Veja, de viés ideológico oposto à Carta, teve como matéria de capa “A rede do Terror no Brasil”, contando com seis páginas que “[mostravam] que extremistas islâmicos usam o país como base de operações e aqui aliciam militantes” (VEJA, 2011).

Recentemente, a região foi mencionada na reportagem “Empresário ligado pelos EUA ao Hezbollah é preso no Brasil por esquema de fraude”⁴³, de 2013, na qual um empresário libanês teria contatos na Tríplice Fronteira (NYT, 2013). A questão da Copa do Mundo ser sediada no Brasil também figurou em reportagens sobre os esforços da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e da Polícia Federal (PF) no sentido de reforçar suas iniciativas de vigilância em caso de possível atividade terrorista.

2.4 POSICIONAMENTOS ARGENTINO, BRASILEIRO, PARAGUAIO E ESTADUNIDENSE

Amaral (2010) explica que, no período anterior a setembro de 2001, a coordenação das políticas de prevenção ao terrorismo era de interesse exclusivo dos governos brasileiro, paraguaio e argentino, sendo Buenos Aires responsável por liderar a iniciativa de inserção do terrorismo

⁴¹ No original: “Estados Unidos necessita la violencia en Colombia”.

⁴² No original: “U.S. Expands Role of Diplomats in Spying”; e “lawless”.

⁴³ No original: “Businessman Linked by U.S. to Hezbollah Is Arrested in Brazil in a Fraud Scheme”.

internacional na agenda de segurança do Cone Sul logo após os atentados em sua capital. Já em 1995, Argentina, Brasil e Paraguai discutiam a preocupação compartilhada em torno das atividades ilegais na região. Um ano depois, liderados pelo governo argentino, assinaram um acordo trilateral para a criação de base de dados comum entre os três países.

Após o Acordo de Segurança e Facilidade de Trânsito das Três Fronteiras e o Acordo Operativo dos Senhores Ministros do Interior de Argentina e Paraguai e de Justiça do Brasil sobre a zona denominada das Três Fronteiras, ambos datados de 1996, criou-se o Comando Tripartite para a Tríplice Fronteira, o qual previa mecanismos de cooperação para a segurança da região, intercâmbio de informações e integração de um banco de dados comum. Em 1998, aprovaram o Plano Geral de Segurança para a Tríplice Fronteira e o Plano de Cooperação e Assistência Recíproca para a Segurança Regional, no âmbito do Mercosul. O último foi substituído, em 1999, pelo Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíprocas para a Segurança Regional, passando a envolver também o Chile e a Bolívia.

Abbott (2004) critica o acordo de Livre Trânsito e Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, de 2002, o qual previa maiores facilidades para a obtenção de vistos e circulação dentro da região, além de permissão para inspeção de carregamentos comerciais dentro de suas fronteiras. Essa medida foi vista pelos Estados Unidos como um projeto que tenderia a agravar a fiscalização da região, tornando-a ainda mais convidativa para atividades ilícitas. O autor ainda acrescenta que, após os episódios de setembro de 2001, o Comitê para o Combate ao Terrorismo, criado em 1998 pela Argentina, entrou para o âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), tornando-se o Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE). Ainda em 2001, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU) aprovou a Resolução 1373, segundo a qual os Estados se comprometeriam em negar financiamento e apoio a terroristas⁴⁴.

A partir de então, verificou-se uma crescente institucionalização em direção à coordenação regional coletiva. Foi estabelecido um Grupo de Trabalho Permanente sobre Terrorismo (GTP) e, em 2002, foi criado o Mecanismo (ou Comissão) 3 + 1 para a Tríplice Fronteira, cujo próprio nome já explicita o caráter extraordinário do mecanismo que passou a incluir os Estados Unidos

⁴⁴ Cabe ressaltar que o CSNU é o único órgão das Nações Unidas que produz resoluções de valor jurídico vinculativo (*binding resolutions*), o que significa que, de acordo com o artigo 25 da Carta das Nações Unidas, “os membros da Organização comprometem-se a aceitar e aplicar as decisões do Conselho de Segurança conforme a presente Carta”. <Disponível em: http://www.dhnet.org.br/abc/onu/onu_humana_global_onu.pdf>.

no processo decisório de coordenação política da região - país que, até então, restringia suas atividades ao apoio às iniciativas regionais. Sobre o Mecanismo 3+1, Hirst (2011, p.116) acredita que “após cinco anos de funcionamento, esta iniciativa parece atender mais as necessidades simbólicas do que reais de coordenação entre os quatro países”. A autora (*ibidem*, p.117) ainda indica que, nessa situação, o conceito de macrossecuritização é contraposto a o de uma “rede de microssecuritizações”.

Conceitualmente, o campo de interesse [das premissas estratégicas do Comando Sul] transcende as noções clássicas de segurança e defesa, ingressando-se no território da pós-modernidade em matéria de interlocução e do alcance das ações necessárias para conter quatro ameaças essenciais (i) pobreza & desigualdade, (ii) corrupção, (iii) terrorismo, (iv) crime. É superada assim a noção de segurança coletiva e cooperativa a partir da magnificarão da ideia de parcerias que deverão aumentar a liberdade de movimentos dos Estados Unidos em toda região (HIRST, 2011, p.119).

O GTP contava com a participação dos países do Mercosul, mais Bolívia e Chile, para criar uma estratégia de combate coordenado ao terrorismo. A cooperação do Grupo 3+1, por sua vez, consistiria majoritariamente no compartilhamento de informações na área de inteligência, atuando como grupo de consulta sobre a segurança na região da Tríplice Fronteira.

Enquanto a América Latina era o espaço do outro, onde não se devia ou podia fazer mais do que ceder apoio aos atores locais e atuar de forma indireta, o Hemisfério Ocidental se tornava um espaço imaginado do qual os Estados Unidos também faziam parte, o nosso espaço que se via penetrado pelo inimigo terrorista e dentro do qual o governo norte-americano devia ou podia se engajar efetiva e diretamente. (AMARAL, 2010, p.200)

Em resposta aos esforços estadunidenses à tal construção, destacam-se as diferentes posições de Brasil, Argentina e Paraguai, tendo estes últimos eventualmente se alinhado ao discurso do governo norte-americano, enquanto o Brasil manteve uma posição firme, negando reconhecer quaisquer suspeitas levantadas até que provas concretas de atividade terrorista na região fossem apresentadas - sem, contudo, refutar a importância da vigilância sobre a fronteira devido à possibilidade de outras atividades criminosas. Ademais, “o Brasil via a tentativa de vincular os ataque à AMIA com a Tríplice Fronteira (...) como uma forma encontrada pelas autoridades argentinas para compartilhar o ônus político e a responsabilidade por não ter conseguido avançar nas investigações” (AMARAL, 2010, p.154).

O então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso não hesitou em invocar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), apoiando a decisão da OEA, em 2002, no referente à instrumentalização da cooperação contra o terrorismo, e reconheceu a OEA como órgão legítimo para a discussão no concernente às Américas. Entretanto, o Itamaraty não

demonstrou estar integralmente alinhado com os Estados Unidos, negando reconhecer a região da Tríplice Fronteira como vinculada ao financiamento terrorista, considerando não haver “elementos comprobatórios (...) a partir daquela região” (AMORIM, 2004, p.154). Segundo Ferreira (2010), o Itamaraty também combate fortemente os estigmas sobre a região reproduzidos pelos documentos e pela mídia dos Estados Unidos. Ainda segundo o autor:

O fato de não se conseguir afirmar categoricamente a existência de financiamento ao terrorismo na TF enfraquece os laços de confiança na busca de cooperação entre Brasil e EUA no combate ao terror, além de abrir margem para questionamento dos reais interesses dos EUA no Cone Sul (...) (FERREIRA, p.136).

Abbott (2004), por sua vez, em consonância com outros documentos oficiais do governo norte-americano, aponta que vários países latino-americanos apoiam esforços antiterroristas internacionais, mas não engajam-se de maneira eficiente na esfera doméstica: “Muitos países latino-americanos não consideram a [Guerra Global ao Terror] sua guerra e não participam ativamente dela⁴⁵” (*ibidem*, p.53). Essa observação vai de encontro à posição argentina, uma vez que a Argentina destacou-se como principal interessado na securitização da Tríplice Fronteira, associando a região ao caso AMIA, e recebeu apoio dos Estados Unidos, os quais incentivaram “de forma cautelosa” o processo (AMARAL, 2010, p.154). Ademais, o governo argentino investiu esforços na tentativa de criar uma relação automática entre a presença de atividades ilícitas e a presença terrorista na região, tendo em vista que o Comando Tripartite não especificava a questão do terrorismo, e esta acabava não enfatizada em meio a outros temas. Cabe ressaltar que um elevado número de acadêmicos passou a defender o chamado “nexo crime-terror” (*ibidem*, p.172), segundo o qual:

(...) em algumas zonas do globo a interação entre [o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional] estaria crescendo com tal velocidade e se fazendo complexa a tal ponto que se tornava cada vez mais difícil identificar as linhas que anteriormente as separavam. Haveria um novo nexos entre estas dinâmicas, tornando-as não apenas complementares (“onde há crime organizado, poderia haver terrorismo”), mas praticamente indistintas (“onde há crime, há terrorismo”) (AMARAL, 2010, p.172).

O artigo de Stern (2003) na revista *Foreign Affairs* é um exemplo do nível de improbabilidade das suspeitas que começaram a ser apontadas, tal como uma possível articulação entre a al-Qaeda sunita e o Hamas xiita na região:

⁴⁵ No original: “Several Latin American countries do not consider the GWOT their war and do not actively participate in it”.

A região da tríplice fronteira na América Latina tornou-se a nova Líbia do mundo, um lugar onde terroristas com ideologias amplamente distintas - rebeldes marxistas colombianos, supremacistas brancos estadunidenses, Hamas, Hezbollah e outros - encontram-se para comercializar. As autoridades agora encontram-se preocupadas com a possibilidade de que os grupos mais sofisticados venham a convidar radicais norte-americanos para ajudá-los. A arrecadação de recursos para organizações terroristas nos Estados Unidos é frequentemente canalizada pela América Latina, a qual também tornou-se um importante entreposto para a entrada de terroristas nos Estados Unidos.⁴⁶ (STERN, 2003, n/a).

Segundo Bartolomé e Llenderozas (2002), uma das maiores dificuldades enfrentadas na construção de uma articulação multilateral para tratar das questões de segurança na Tríplice Fronteira é o conflito de interesses dos três países da região.

Os interesses comerciais e econômicos do Paraguai se contrapõe aos interesses de segurança da Argentina e isso gera níveis de vontade e decisão política diferentes. Existem também claras divergências no campo das percepções de ameaças à segurança e da intensidade com que os países visualizam os riscos. Desde a perspectiva brasileira e paraguaia, o terrorismo é uma ameaça potencial com baixa probabilidade de ocorrência. No caso argentino, sua história recente não deixou margem de dúvida, o temor de um “terceiro atentado terrorista” reapareceu com força⁴⁷. (BARTOLOMÉ & LLENDEROZAS, 2002, p. 17)

No momento em que os Estados Unidos substituíram a Argentina como principal ator securitizador, o governo sul-americano amenizou suas acusações à região, adotando uma postura mais reticente e evitando maiores desgastes políticos junto aos vizinhos. O Paraguai, por sua vez, “continuou a desempenhar o papel de principal aliado dos Estados Unidos quando o assunto era Guerra ao Terror na América do Sul” (AMARAL, 2010, p.228). O país passou a investir em um maior controle sobre Ciudad del Este, resultando na redução de uma das maiores fontes de renda da cidade, segundo maior polo econômico do país: o turismo motivado pela compra de mercadorias em condições mais favoráveis. O país adotou uma estratégia pendular de política externa, aproximando-se dos Estados Unidos como tentativa de aumentar seu poder de barganha com seus parceiros no Mercosul.

⁴⁶ No original: “*The triborder region of South America has become the world’s new Libya, a place where terrorists with widely disparate ideologies - Marxist Colombian rebels, American white supremacists, Hamas, Hezbollah, and others - meet to swap tradecraft. Authorities now worry that the more sophisticated groups will invite the American radicals to help them. Moneys raised for terrorist organizations in the United States are often funneled through Latin America, which has also become an important stopover point for operatives entering the United States*”.

⁴⁷ No original: “*Los intereses comerciales y económicos de Paraguay se contraponen con los intereses de seguridad de Argentina, y esto genera niveles de voluntad y decisión política diferentes. Existen también claras divergencias en el campo de las percepciones de amenazas a la seguridad y en la intensidad con la que estos países visualizan los riesgos. Desde la perspectiva brasileña y la paraguaya, el terrorismo es una amenaza potencial con baja probabilidad de ocurrencia. En el caso argentino, su historia reciente no ha dejado margen de duda, el temor de ‘un tercer atentado terrorista’ reapareció con fuerza*”.

O foco sobre a Tríplice Fronteira é renovado após setembro de 2001, particularmente nos documentos encomendados pelo governo dos Estados Unidos⁴⁸, os quais apontam suas suspeitas acerca da região, caracterizando-a como uma área de apoio logístico e financeiro ao terrorismo global. Tais documentos reproduzem e reforçam, além das características já enraizadas no senso comum acerca região como um espaço propício para atividades ilegais devido ao baixo policiamento e enorme trânsito diário de pessoas, estigmas sobre a região e sua população. Abbott (2004, p.52), por exemplo, cita a “população simpática para o recrutamento de novos membros e divulgação de mensagens globais⁴⁹”. Cabe verificar a que população o coronel estadunidense refere-se de maneira tão simplista e potencialmente preconceituosa⁵⁰:

Muitos acreditam que as comunidades árabes e muçulmanas da TF contem fortes simpatizantes dos terroristas com ligações diretas ao Hezbollah, o grupo terrorista libanês xiita pró-iraniano; ao Hamas, o grupo fundamentalista palestino; ao grupo egípcio, Jihad Islâmica; e até à al-Qaeda. Entretanto, líderes árabes e muçulmanos da TF alegam que os membros de suas comunidades são moderados, e vivem em harmonia com o resto da população há anos, rejeitando visões extremistas e o terrorismo. A maioria dos 20.000 árabes e muçulmanos da TF dizer ser impossível que terroristas se escondam em seu meio e negam que quaisquer remessas ao exterior sejam direcionadas ao Hezbollah. Uma minoria de árabes e muçulmanos, contanto, não escondem sua simpatia e apoio financeiro ao Hezbollah, o qual eles defendem que seja um partido político libanês legítimo⁵¹ (ABBOTT, 2004, p.52).

Béliveau (2011) ressalta que as mídias argentina e estadunidense passaram a repetir estes argumentos, não obstante a falta de evidências concretas, reforçando a caracterização da Tríplice Fronteira como uma “terra sem lei”, e sua população como um “ninho de terroristas”⁵²:

A “tríplice fronteira” como um espaço transnacional resulta de uma construção político-midiática instrumentada de fora da região, especialmente pela imprensa e governo dos Estados Unidos e pela imprensa argentina, que tendem a considerar a zona como separada dos espaços nacionais dos quais faz parte.⁵³ (BÉLIVEAU, 2011, p.8-9)

⁴⁸ Ver Connell (2004); Cirino *et al.* (2004); Hudson (2003); Abbott (2004); além dos relatórios de PGT e CRT, desde 1992.

⁴⁹ No original: “*a sympathetic population from which to recruit new members and spread global messages*”.

⁵⁰ Segundo Amaral (2010, p.181), seria “impossível afirmar, mas possível sugerir essa criticável interpretação” que a preocupação dos EUA quanto à potencial ameaça terrorista na TF estivesse vinculada a um fator étnico.

⁵¹ No original: “*Many believe the TBS [sic]’s Arab and Muslim community contains hardcore terrorist sympathizers with direct ties to Hezbollah, the pro-Iranian, Lebanese Shiite terrorist group; Hamas, the Palestinian fundamentalist group; the Egyptian group Islamic Jihad; and even al-Qaeda. However, Arab and Muslim TBA leaders claim their community members are moderates who lived in harmony with the rest of the population for many years and have rejected extremist views and terrorism. Most of the TBA’s 20,000 Arabs and Muslims say it would be impossible for terrorists to hide in their midst and deny remittances sent abroad go to Hezbollah. A minority of Arabs and Muslims, however, make no secret about their sympathy and financial support for Hezbollah, which they say is a legitimate Lebanese political party*”.

⁵² No original: “*Tierra sin ley*” e “*nido de terroristas*”.

⁵³ No original: “*La ‘triple frontera’ como un espacio transnacional resulta de una construcción político-mediática*”.

Nesse sentido, Paro (2007) acrescenta:

(...) a menção ao grupo Hezbollah é sempre ligada à condição de terrorista, enfatizada pelo governo norte-americano. Os jornais não reproduzem a versão dos libaneses de que o Hezbollah também é um partido no Líbano, o qual mantém uma rede de solidariedade por meio da manutenção de creches, por exemplo. Também não trazem a informação de que enviar dinheiro ao país de origem são atitudes inerentes a imigrantes. Dessa forma, os textos mostram-se mais uma vez parciais por não darem espaço para os árabes pronunciarem-se, os quais tem voz no texto apenas em condições que tragam mais evidências para se mostrar a tese da existência de terroristas na região, ou seja, aparecem ou envolvidos com drogas ou quando fazem afirmações radicais contra os Estados Unidos, algo típico de fundamentalistas. (PARO, 2007, p.12)

Segundo Ferreira (2010, p.39), “uma mudança fundamental ocorreria no início da década de 2000. Na inexistência de um inimigo de destaque, os ataques de 11 de setembro trouxeram um novo inimigo - o terrorismo - que passa a justificar o gigantesco crescimento orçamentário para o combate ao terror (...)”. Nesse contexto, é retomada a discussão sobre identidade e a necessidade de vilanizar um Outro para garantir a coesão do Eu, já apresentada no capítulo anterior. Ademais, reitera-se a dificuldade de chegar-se a um consenso em relação ao conceito de terrorismo.

O fenômeno do terrorismo é discutido entre praticamente todos os autores que buscam tratar, seja da política externa dos Estados Unidos, seja da Tríplice Fronteira em si. As constantes mutações do conceito ao longo do tempo tornam ainda mais complicado chegar a uma definição exata sobre ele, não bastasse a dificuldade de interpretar a percepção subjetiva que o mesmo carrega (FERREIRA, 2010). Nota-se, a partir de 2001, a crescente preocupação com o sentido e implicação desta palavra nos relatórios e documentos governamentais, particularmente no caso dos Estados Unidos.

instrumentada desde fuera de la región, especialmente desde la prensa y el gobierno de Estados Unidos y la prensa argentina, que tienden a considerar la zona como escindida de los espacios nacionales de los que forma parte”.

3 A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA PARA AMÉRICA LATINA APÓS 2001

3.1 A TRANSIÇÃO DAS RELAÇÕES AMÉRICA LATINA-ESTADOS UNIDOS APÓS A GUERRA FRIA

Em primeiro lugar, é preciso retornar à década de 1990 para melhor compreender os diversos fatores que estavam em andamento e colaboraram para que o ambiente estivesse propício para o êxito do movimento de securitização que seria iniciado. No concernente à conjuntura internacional à época, pode-se caracterizá-la pelo desgaste da estrutura bipolar, o qual exigiu uma reconfiguração do sistema internacional, e cujos reflexos impactariam significativamente as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Os Estados Unidos mantiveram, por muito tempo, um histórico de participação direta nas questões políticas da América Latina, devido, em grande parte, à ligação de seu governo com as elites dominantes dos países latino-americanos (AYERBE, 2002). A política estadunidense poderia ser definida, a partir de então, como restrita a áreas e temas que iam ao encontro de seus próprios interesses, nos termos de um “multilateralismo limitado, porém emergente” (HERZ, 2002, p.85).

Russell e Tokatlián (2011) caracterizam a dinâmica das relações sul-americanas com os Estados Unidos em duas fases: a primeira refere-se à década de 1990, durante a qual a região demonstrou uma política relativamente homogênea em relação aos Estados Unidos; a segunda, ao final da mesma década, marcada por mudanças profundas que tornaram as relações muito mais heterogêneas. O primeiro momento é caracterizado pelo final da Guerra Fria, os movimentos de redemocratização no continente e o esgotamento do modelo de substituição de importações, com subsequente adoção de preceitos neoliberais. Em contraste, a passagem para a década de 2000 vivenciou uma efervescência na diversificação de modelos de desenvolvimento, orientações de política externa e novas formas de resistência e cooperação.

Monica Hirst, em artigo publicado na Revista USP de 2009-2010, entende que haja uma “relação entre o desmantelamento da única área de influência sobrevivente após a queda do Muro de Berlim e o *momentum* da política externa norte-americana a partir de 2001” (*ibidem*, pg.26), no qual o esgotamento de uma agenda positiva, ainda que assimétrica, representa também o fim de décadas de estabilidade no âmbito americano. A autora questiona a possibilidade de a região

ter perdido sua funcionalidade dentro do projeto de poder estadunidense.

O fato de que a presença dominante de Washington pôde manter-se por mais de 60 anos a custos relativos baixos, graças em grande medida à irrelevância estratégica latino-americana, explica o conteúdo negligente, inconsistente e errático da política aplicada na região. O costume de intervir significou uma relativização *de facto* da soberania dos estados da região, tratando-se de um direito autoassegurado, livremente exercido pelas sucessivas administrações norte-americanas após a fase de imperialismo colonialista dos primeiros anos do século XX. (HIRST, 2009, p.27)

Ademais, verificou-se, neste período, o aumento da importância das chamadas novas ameaças, as quais consistiriam em um conjunto de fenômenos e atores, predominantemente não-estatais, engajados em atividades diversificadas, tais como o terrorismo e o crime organizado em geral (PILETTI, 2008). Como aponta Hirst (2011), atores não-governamentais passaram a influenciar as interações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos, as quais historicamente pautavam-se na agenda intergovernamental. Ainda que as relações interestatais tenham tornado-se cada vez mais complexas, as relações intersocietais expandiram consideravelmente após a transição da democracia no Brasil:

De um lado, a presença diversificada de interesses econômicos privados, as organizações civis e os movimentos sócio-políticos representam uma parte ativa deste relacionamento. De outro, a presença de uma comunidade de cidadãos brasileiros que residem em forma temporária ou permanente nos Estados Unidos obrigou o governo brasileiro a ampliar sua rede consular neste país, para lidar com aspectos domésticos norte-americanos relativos a direitos civis, legislação migratória e justiça penal. (HIRST, 2011, p.169)

Além disso, autores como Andreas (2003) e Bigo (2011) destacam a relevância dos impactos do aumento dos fluxos e movimentos de liberalização comerciais e financeiras nas questões de segurança em regiões de fronteiras, bem como seus reflexos na construção e (re)configuração destes espaços no imaginário social. No caso da Tríplice Fronteira, por tratar-se de um entreposto comercial histórico de alta dinamicidade (FOGEL, 2008), houve forte incremento dos instrumentos de vigilância na região, particularmente durante as décadas de regime militar dos três países fronteiriços.

Cabe destacar que, nesse mesmo período, ainda que a América Latina não constituísse uma região de alta prioridade para os Estados Unidos, ela nunca esteve fora do foco de atenção do governo estadunidense no que tange a sua agenda de segurança - foi a maneira e a intensidade com a qual o subcontinente foi inserido nesta que oscilou ao longo das últimas décadas. Ademais, o abandono dos projetos de aquisição de armas nucleares e a adesão de países como Argentina e Brasil ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear tranquilizou, de certa maneira, o governo dos Estados Unidos, tendo em vista que a proliferação de armas de destruição em massa é tida como

uma das principais ameaças à sua segurança. A própria reconciliação dos governos argentino e brasileiro, e subseqüentes acordos no sentido da construção da usina elétrica de Itaipu, arrefeceram o clima de rivalidades entre os países do Cone Sul (BARTOLOMÉ, 2002).

3.2 A POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS PARA AMÉRICA LATINA APÓS A GUERRA FRIA

Apontam-se três focos para a política de segurança desenvolvida no final da Guerra Fria: a América Central, já desgastada pela forte intervenção sofrida durante década de 1980; a região andina, cuja importância crescia devido ao endurecimento da "guerra às drogas" estadunidense; e, finalmente, a região da fronteira comum entre Argentina, Brasil e Paraguai. A partir dos atentados de setembro de 2001, estas duas últimas regiões ganharam maior destaque: a primeira, pela atitude norte-americana de deixar de diferenciar ações de grupos guerrilheiros, paramilitares e narcotraficantes, associando a chamada "narcoguerrilha" à "guerra ao terrorismo", além de classificar grupos como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular (FARC-EP) como terroristas (VILLA e OSTOS, 2005); e a segunda, estigmatizada há décadas como região de baixo controle governamental - na qual, portanto, o crime organizado transnacional não encontraria grandes obstáculos para seu desenvolvimento-, através de sua inserção na agenda de segurança internacional também pela lógica de fusão da "guerra às drogas" à "guerra ao terror".

A expressão “narcoterrorismo” passou a designar a acoplagem entre um “perigo” proveniente do auge da Guerra Fria e ainda forte e presente na América Latina - as guerrilhas de esquerda - e outra atividade - o narcotráfico - que, crescentemente, entrava nos discursos diplomático-militares dos EUA e dos demais países americanos, assumindo o destaque de uma questão de segurança nacional. (RODRIGUES, 2013, p.120)

De acordo com o já exposto conceito de nexos crime-terror, ambas as justificativas permitiram práticas políticas excepcionais por parte dos Estados Unidos a partir de então, sendo estes detentores do discurso hegemônico. Abbott (2004) aponta, inclusive, a desconfiança do governo estadunidense de haver financiamentos às FARC-EP provindas da Tríplice Fronteira. Ferreira (2010, p.52) ressalta que “a dinâmica desta ‘guerra ao terror’, por ser global, necessita de um inimigo em todas as regiões do planeta. Nas Américas, estes inimigos implicados no terrorismo internacional estariam presentes especialmente na Colômbia, Cuba, Venezuela e

Tríplice Fronteira.” Bigo (2008) interpreta a estratégia norte-americana como portadora do significado implícito de propagar uma ideia de insegurança global permanente. Através desta, países seriam coagidos a colaborar com sua estratégia global para não serem acusados de irresponsáveis perante a atuação de grupos terroristas.

3.3 A DOCTRINA BUSH E A AMÉRICA LATINA

Amaral (2010, p.95) interpreta o perfil da política externa adotada por Bush como um “hegemonismo neoconservador”, resultado da combinação de duas tradições estadunidenses de atuação internacional: o jacksonianismo, referente ao mandato do presidente Jackson (1829-1837); e o wilsonianismo, ao do presidente Wilson (1913-1921). Da primeira, foi herdada a reticência frente a tratados internacionais que pudessem limitar a atuação dos Estados Unidos no âmbito internacional, bem como a noção de primazia norte-americana; da segunda, por sua vez, a ideia de que os comportamentos dos demais Estados devem ser modificados através da projeção de valores e normas norte-americana sobre eles. Amaral (2010) ressalta que a estas tradições acrescentam-se as práticas intervencionistas praticadas pelos presidentes William McKinley (1897-1901) e Roosevelt (1901-1909), as quais seriam posteriormente retomadas pelo presidente Reagan (1981-1989).

Autores como Amaral (2010) e Resende (2009) salientam a questão dos atentados do 11 de setembro de 2001 terem representado também um ataque ao sentimento de invulnerabilidade norte-americano⁵⁴:

A oficialização da Guerra ao Terror inaugurou uma fase na Política Externa dos Estados Unidos, caracterizada pelo aprofundamento das tendências neoconservadoras latentes, que se delineavam de forma incipiente antes dos atentados e que agora dispunham das condições mais favoráveis para sua consolidação. A inviolabilidade do território norte-americano era posta em cheque e a vulnerabilidade da hiperpotência norte-americana diante de um inimigo transacional amorfo era exposta. (AMARAL, 2010, p.106)

Barbosa (2002, p.72) aponta que o mundo pós-11 de setembro de 2001 “mudou (...), não tanto pela ação em si dos terroristas como pela demonstração da vontade de poder” dos Estados Unidos. Debruçando-se sobre a obra de Hardt e Negri (2001), Barbosa (2002, p.73) entende o espaço territorial do Estados Unidos como o “centro nervoso” das “abertas fronteiras” do Império

⁵⁴ Cabe lembrar que a última vez que o território continental dos Estados Unidos fora atacado foi em 1812, no contexto da guerra anglo-americana, quando os ingleses incendiaram a Casa Branca.

capitalista, destacando a superioridade tecnológica e militar do país:

O contraste entre o *know-how* superior dos EUA em “levar a guerra” ao resto do mundo e o poder militar apenas relativo dos demais competidores estratégicos, deve-se, além do peso específico do primeiro no campo econômico e tecnológico, à aplicação dos mesmos modelos organizacionais e produtivos que já tinham determinado a preeminência de seu tipo específico de capitalismo no final do século XIX e início do século XX. Na origem da defasagem de poder de fogo entre os EUA e o resto do mundo encontrar-se-ia, portanto, não apenas a simples capacitação tecnológica (...), mas uma organização superior de administração militar (...) (BARBOSA, 2002, p.74).

Nesse sentido, Hirst (2001, p.112) retoma o conceito de macrossecuritização para tratar da política externa dos Estados Unidos para América do Sul após 2001, acrescentando que “o fato de que a América do Sul seja uma zona marginal na escala de prioridades da política de segurança norte-americana, não a torna menos exposta às pressões da macro-securitização”. Em primeiro lugar, esta nova política estimula a diferenciação entre a zona de segurança que encobre o México, América Central (e Caribe) e América do Sul, particularmente a partir de quando esta passou a questionar cada vez mais intensamente os preceitos neoliberais até então ditados, distanciando-se dos Estados Unidos. Russell e Tokatlián (2011) interpretam esta conjuntura como uma oportunidade imprescindível para a América do Sul desvencilhar-se da dependência com os Estados Unidos e renegociar suas relações assimétricas.

Tendo o governo de Hugo Chávez na Venezuela como seu principal expoente, a região passou a ser caracterizada pelo governo estadunidense como um “ameaça emergente”, devido ao “populismo radical” que viria com as transições para a democracia (HIRST, 2001, p.113). Hirst (2009) divide o padrão de relações bilaterais dos países da América do Sul com os Estados Unidos em três modelos: (i) alinhamento com tutela (como é o caso da Colômbia); (ii) confrontação com vilanização (como é caso da Venezuela); e (iii) afirmação com sentido de oportunidade (como é o caso do Brasil).

Além da preocupação com a Tríplice Fronteira, o governo venezuelano de Hugo Chávez e o Plano Colômbia, Batista e Pecequilo (2009) apontam a recente reativação da Quarta Frota da Marinha estadunidense no Atlântico Sul como reflexo da Doutrina Bush. Nesse sentido, os autores acrescentam:

Temas comerciais como ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) regionalmente e a OMC (Organização Mundial do Comércio) globalmente foram, no continente, colocados em segundo plano, com os EUA restringindo sua política comercial a tratados bilaterais com países menores como a Colômbia e o Peru (rejeitados pelo Congresso em 2006/2008) e o CAFTA (Acordo de Livre Comércio da América Central) que demandavam poucos esforços e concessões. No geral, a Era Bush foi representativa de uma baixa geral no multilateralismo, seja ele econômico ou político, devido ao seu foco unilateral e militar (...). No médio prazo, contudo, em termos positivos, isto significou a

recuperação dos laços norte-americanos com parceiros regionais europeus e, na América Latina, também foi acompanhado pelo desenvolvimento de suas respostas individuais de segurança. (BATISTA E PECEQUILO, 2009, p.73)

Barbosa (2002) aponta os impactos do 11 de setembro sobre a esfera econômica, os quais traduziriam-se em uma maior regularização das transações financeiras, além do incentivo à cooperação internacional nesse sentido, uma vez que, a partir de então, uma série de práticas ilícitas viria ser associada ao terrorismo. Bartolomé e Llenderozas (2002) atentam para o caráter multidimensional da violência e da segurança, defendendo a necessidade de que os Estados envolvidos na questão da Tríplice Fronteira superem as limitações analíticas deste assunto altamente complexo, para que possam trabalhar em um sentido que permita executar políticas efetivas na região.

No referente às questões socioeconômicas sul-americanas, Almeida (2002) aponta a indiferença dos Estados Unidos com as precárias condições econômicas, políticas e sociais da América Latina no início da década de 2000. Países como Argentina e Brasil apresentavam taxas de crescimento baixíssimas, com a queda dos preços dos produtos primários, tendo de recorrer a empréstimos emergenciais do Fundo Monetário Internacional (FMI); os países andinos encontravam-se em crises políticas imprescindíveis.

No contexto atual, o impasse social assume formas diversas: fundamentalismo antiocidental, com desdobramentos na perpetração de atentados terroristas como os de 1998 nas embaixadas de Quênia e Tanzânia, ganhando maior fôlego a partir do 11 de setembro; as crises financeiras inauguradas pela desvalorização do peso mexicano em dezembro de 1994, atingindo posteriormente a Coreia do Sul, a Rússia, o Brasil e a Argentina; movimentos sociais contra a agenda de liberalização de mercados, que assumem maior visibilidade a partir das manifestações de rua paralelas à reunião da OMC em Seattle, em novembro de 1999; fortalecimento de partidos críticos da ordem nos eleitorados do “terceiro mundo”, com possibilidades concretas de alcançar o poder governamental, tendo-se Venezuela, Brasil e Uruguai como exemplos mais emblemáticos na América Latina. (AYERBE, 2005, p.361)

O comportamento norte-americano em relação às questões sociais na América Latina também é explorado por Almeida e Oliveira (2011), que, através de relatórios do *Washington Office on Latin America* (WOLA), destacam a tendência, de 2002 à 2010, do gasto estadunidense ter voltado-se fortemente para ajuda militar em detrimento da ajuda financeira para fins sociais. Os relatórios analisados pelos autores (*ibidem*, p.10) ainda expõem que a América Latina consistiu na região que mais recebeu treinamento militar provindo dos Estados Unidos - “mais de 40% do orçamento dos Estados Unidos para este propósito é destinado para região”.

Ferreira (2010, p.64) aponta que a atuação dos Estados Unidos na América Latina reflete a tentativa do governo estadunidense de eleger diferentes inimigos para o mesmo problema, seja com a contenção de Estados considerados “patrocinadores” do terrorismo (como Cuba e Venezuela), seja com a questão supracitada do *safe haven* do terrorismo (como a Tríplice Fronteira). O autor expõe que, não obstante a preocupação dos Estados Unidos com o assunto, o índice de terrorismo no continente vem diminuindo, no sentido que esforços de cooperação tem sido empregados no mapeamento de suspeitas e indícios de atividade terrorista na região.

Outro ponto levando sobre os possíveis interesses dos Estados Unidos no subcontinente e, particularmente, na região da Tríplice Fronteira, diz respeito à questão dos recursos naturais:

Em um mundo em que os recursos naturais se tornam cada vez mais escassos e o tema do meio ambiente se torna onipresente, não é absolutamente descabida a percepção sobre outros interesses de Washington na região. Ao manter efetivos militares com alto grau de treinamento operacional no Paraguai sob o argumento de que o país pode ser um *safe haven* do terrorismo internacional, o Pentágono consegue manter uma importante presença na região, ampliando sua influência não só no combate ao terror, como também em uma região dotada de importantes recursos naturais na América do Sul. (FERREIRA, 2010, p.173)

Por trás deste debate, há ainda, por menos explorado que o tema se apresenta, a questão do Aquífero Guarani⁵⁵ (BÉLIVEAU, 2011; FOGEL, 2008). Em entrevistas realizadas com políticos que trabalham na região da Tríplice Fronteira, Béliveau (2011) aponta que eles enfatizam a grande riqueza energética e natural da região em contraste com os precários dados apresentados pelos indicadores sociais, os quais apontam altas taxas de pobreza, desemprego e marginalidade. O problema considerado primário, tanto por políticos quanto por funcionários, é o desemprego, ainda que a fonte desse fenômeno seja motivo de controvérsia em cada lado da fronteira. Entretanto, concorda-se que há uma crise, considerada comercial, decorrente da queda do turismo de compra na região, particularmente após restrições impostas pelo governo brasileiro, além de um impacto negativo do desemprego sobre a preservação ambiental.

3.4 A AMÉRICA DO SUL FRENTE À ESTRATÉGIA DE GUERRA GLOBAL AO TERROR

Pode-se dizer que, em comparação a outras regiões, a América do Sul teve, como reflexos positivos, a retomada da confiança da região em sua própria autonomia, e maior margem de manobra na busca dos interesses nacionais (BATISTA E PECEQUILO, 2009). Nesse sentido,

⁵⁵ Considerado uma das maiores reservas de água doce do planeta.

Hirst (2011) corrobora a ideia que a unipolaridade que concentrou a agenda dos Estados Unidos nos temas secretários auxiliou a América do Sul na conquista de sua relativa estabilidade, uma vez que as interferências externas regrediram.

A autora interpreta a intensificação dos sentimentos antiamericanos a partir de 2001 como resposta apreensiva dos países sul-americanos às políticas preventivas unilaterais dos Estados Unidos. A tendência desses países de questionar o modelo neoliberal da década de 1990 transforma-se em uma reação de “prudente distanciamento” (HIRST, 2009, p.29) frente à Guerra ao Terror, uma vez que a presença militar estadunidense poderia colocar em risco a margem de manobra adquirida pelas políticas sul-americanas.

Foram muitos os sinais que explicitaram o distanciamento entre as partes: a recusa do México e do Chile em apoiar a invasão ao Iraque (...); as motivações por trás da criação da Unasur; o tom afirmativo da política externa brasileira; (...) a latino-americanização da agenda de trabalho da OEA; e a inclusão de Cuba no Grupo do Rio. No campo econômico-comercial, a progressiva paralisação das negociações em torno da área de livre-comércio das Américas levou a uma agenda fragmentada de entendimentos sub-regionais. (HIRST, 2009, p.29)

A política internacional do governo Lula, baseada na defesa do multilateralismo, re-enquadrou o diálogo bilateral com o governo Bush de maneira positiva, contrariando as expectativas iniciais (HIRST, 2011). Ferreira (2010) salienta que a mudança da administração norte-americana com a eleição de Obama não representou uma alteração significativa na maneira como o Cone Sul é percebido por Washington, uma vez que a área continua sendo retratada como base de apoio para grupos extremistas nos relatórios mais recentes. Entretanto, como ressalta Hirst (2011), com o governo Obama, apesar do contexto da crise de 2008, o diálogo foi produtivo, especialmente nas áreas de interesse comuns, como temas de energia limpa e a assinatura de um Acordo de Cooperação Militar, compromisso o qual, desde que o governo Geisel denunciara o antigo acordo militar de 1952, não havia sido retomado. Durante o governo Dilma, por sua vez, um dos principais pontos de desconforto nas relações interestatais deu-se devido ao vazamento das informações acerca da espionagem por parte do governo norte-americano através do WikiLeaks. Tal episódio trazia à tona também a desconfiança de Washington em relação ao posicionamento do Brasil na questão da segurança da Tríplice Fronteira, como apontaram as reportagens analisadas.

Ainda sobre as mudanças trazidas pela administração Obama, Hirst (2009) destaca as expectativas geradas em torno do imediato abandono da Doutrina Bush e consequentes reposicionamentos do governo estadunidense em diversos âmbitos. Entretanto, a autora conclui

que há muitas incertezas para serem exploradas em relação às interações interamericanas, especialmente devido à “reversão de expectativas quanto a ‘novos tempos’” da política de Obama para América Latina, e que cabe ao próprio subcontinente “consolidar por sua conta a condição de ex-área de influência norte-americana” (*ibidem*, p.36), com destaque ao protagonismo do Brasil. Sob ponto de vista brasileiro, setembro de 2001 representou uma nova dificuldade nas negociações em seus principais temas de interesse, tais como o comércio e o desenvolvimento, uma vez que o diálogo nos âmbitos regional e multilateral é reduzido frente ao unilateralismo rompante da nova política externa norte-americana (BARBOSA, 2002).

Ao passo em que temas prioritários para o Brasil eram delegados ao segundo plano, a ênfase na segurança regional foi resgatada. A agenda de cooperação militar esboçada na 5ª Reunião Ministerial de Defesa das Américas de 2002 era orientada pela coordenação de esforços baseada em três esferas: (i) a cooperação entre guardas costeiras e alfândegas, especialmente na região do Caribe; (ii) o reforço das iniciativas de manutenção da paz regional; e (iii) a ampliação do controle sobre áreas consideradas não-governadas, tais como a Colômbia e a Tríplice Fronteira (HIRST, 2011).

Em comparação entre as políticas de contraterrorismo dos governos Bush e Obama, Almeida e Oliveira (2011, p.6) caracterizam o primeiro governo como “marcado pelos abusos às normas internacionais e a ação unilateral sob um discurso triunfalista, revanchista e, muitas vezes, associando o terrorismo ao islamismo”. Ademais, Amaral (2008) relembra o comportamento do governo Bush em resistir à assinatura de tratados internacionais que restringissem a atuação dos Estados Unidos no plano internacional. Nesse sentido, Ayerbe (2005) complementa:

Do meu ponto de vista, o unilateralismo da política externa de George W. Bush não é uma resposta improvisada aos atentados de 11 de setembro, é uma marca característica da sua gestão. Desde a posse, redefine a posição do país frente a importantes tratados internacionais, sinalizando várias diferenças em relação à administração anterior, como as decisões contrárias à ratificação do protocolo de Kyoto, à criação do Tribunal Penal Internacional (TPI) e à proposta de revisão do Tratado Antimísseis Balísticos (TAB). (AYERBE, 2005, p.343)

Segundo o Ato Patriota⁵⁶, por exemplo, cidadãos estrangeiros considerados suspeitos de envolvimento em atividade terrorista poderiam ser detidos em solo estadunidense (ALMEIDA & OLIVEIRA, 2011). Diversas provas de tortura pelas forças estadunidenses em centros de

⁵⁶ Controversa medida do governo norte-americano aprovada em outubro de 2001.

detenção, tais como o localizado na base naval de Guantánamo, em Cuba, foram expostas por documentos secretos divulgados, dentre outros meios, pelo site Wikileaks.

O governo Obama, desde o início, encontrou-se carregado pelas expectativas de mudar os rumos da condução da “guerra ao terror”, bem como da crise econômica que assolou o país em 2008. Almeida e Oliveira (2011) também ressaltam que o comportamento unilateral previsto pela Doutrina Bush criou uma aversão da opinião pública à política externa dos Estados Unidos, forçando o recém eleito presidente a demonstrar uma maior abertura ao diálogo com a Organização das Nações Unidas e comprometimento com as normas de direitos humanos. Apesar do decreto-lei de 2009, o qual previa o fechamento dos centros interrogatórios da CIA no mundo inteiro, diversos centros de detenção permaneceram abertos (tais como Guantánamo), “sob a alegação da impossibilidade de se transferir todos os presos” (*ibidem*, p.12). A grande mudança do governo Obama diz respeito à sua retórica quanto ao contraterrorismo, a qual parece ter sido amenizada, no sentido de julgar os atos terroristas passíveis de serem condenados de acordo com o sistema criminal ordinário, em detrimento à ideia de estado de exceção. Conclui-se que há pouca ou nula diferença entre os governos democrata e republicana no concernente às políticas dirigidas à América Latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho consistiu em analisar como se deu o processo de securitização da Tríplice Fronteira e suas implicações nas relações entre a América do Sul e os Estados Unidos, particularmente após os atentados do 11 de setembro de 2001. Para tanto, utilizou-se de referenciais teórico-metodológicos que superassem a insuficiência explanatória das tradicionais escolas de pensamento nas RI, especialmente no âmbito dos Estudos de Segurança Internacional, tais como aqueles esboçados pela Escola de Copenhague. Com o final da Guerra Fria, a reconfiguração das relações entre os Estados Unidos e a América Latina trouxe à tona o destaque do papel de atores não-estatais nas dinâmicas regionais, tornando inapropriada a utilização de correntes teóricas estadocêntricas para descrever os fenômenos e interações que as constituíam.

Com a declaração da Guerra ao Terror, toda a dinâmica política em torno da região da Tríplice Fronteira foi modificada. Em primeiro lugar, destaca-se que, no período anterior aos eventos do 11 de setembro de 2001, o papel de agente securitizador era desempenhado pela Argentina, devido aos atentados contra a embaixada de Israel e à AMIA no início da década de 1990. A partir dos atentados de 2001, os Estados Unidos, até então atores coadjuvantes no processo, passaram a liderá-lo, de maneira a reforçar a representação da região fronteiriça entre Argentina, Brasil e Paraguai como a porta de entrada do terrorismo no continente sul-americano.

A inicial reticência paraguaia à securitização da área, a qual refletiria negativamente na atividade econômica da região, foi, aos poucos, alinhando-se aos esforços de Washington, diante a possibilidade de maior aproximação com os Estados Unidos. O Brasil, por sua vez, mostrou-se mais resistente e cauteloso em seus posicionamentos, negando a comprometer-se com a questão até que provas concretas de atividade terrorista na região fossem constatadas, julgando as tentativas estadunidenses de intervenção inadequadas. No caso argentino, Buenos Aires manteve sua preocupação focada na potencial presença de agentes terroristas devido ao trauma dos atentados que ocorreram há duas décadas.

Assim, conclui-se que o movimento de securitização da Tríplice Fronteira não obteve êxito completo, uma vez que o ato de fala não foi devidamente aceito por todas as partes constituintes da audiência (Argentina, Brasil e Paraguai). Entretanto, isso não significa que o processo não tenha surtido efeitos. Pelo contrário, as ações de caráter excepcional propiciadas pelo ambiente de emergência imposto, tais como a inclusão dos Estados Unidos na Comissão 3+1, demonstram

que tal representação da Tríplice Fronteira contribuiu para reforçar sua imagem estigmatizada, colocando-a em lugar de destaque na agenda regional de segurança sul-americana, sob a égide da Guerra Global ao Terror norte-americana.

Nota-se, do lado norte-americano, a insistência no discurso do nexó crime-terror, segundo o qual a fusão da chamada guerra às drogas com a guerra ao terror permitiria maior interferência dos Estados Unidos em assuntos regionais. Dessa maneira, os discursos de securitização estadunidenses podem ser entendidos como uma maneira de justificar sua atuação no combate ao terrorismo, garantindo mais recursos para suas atividades na América do Sul. Ressalta-se, portanto a alta relevância dos discursos políticos na origem dos sistemas de poder, bem como na construção das redes de poder nas quais baseiam-se as relações interamericanas.

Os argumentos apresentados ao longo da pesquisa tiveram como objetivo contribuir para o debate acerca da Tríplice Fronteira e o papel desempenhado pelos Estados Unidos no seu processo de securitização. Em um período atípico na história das relações interamericanas, caracterizado pelo incremento e expansão do poder de barganha dos países sul-americanos frente aos Estados Unidos, entende-se a preocupação deste em criar mecanismos que pudessem tentar reconstituir seus laços tutelares com uma região que considera sua área de influência por excelência. Pode-se concluir, portanto, que, independente das motivações por trás deste processo, o olhar hegemônico, informado pela lógica do medo, serviu de pretexto para uma maior participação dos Estados Unidos nos assuntos de segurança regional na última década.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Philip K. Terrorist Threat in the Tri-Border Area: Myth or Reality? *Military Review*, pp.51-55, 2004.

ADLER, Emanuel. Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics. *European Journal of International Relations*, vol.3 (3), pp.319-363, 1997.

ALMEIDA, Paulo R. de. A América Latina e os Estados Unidos desde o 11 de setembro de 2001. *Revista Espaço Acadêmico*, ano II, n.15, 2002.

ALMEIDA, Álvaro O. de.; OLIVEIRA, Ariana B. de. *De Bush a Obama: uma análise das políticas de contraterrorismo e direitos humanos na América Latina*. XXVII Congresso Internacional da ALAS, UFPE, Recife, setembro de 2011.

AMARAL, Arthur B. do. *A Guerra ao Terror e a Tríplice Fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008.

_____. *A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

AMORIM, Celso. O Brasil e os Novos Conceitos Globais e Hemisféricos de Segurança. In.: PINTO; ROCHA; SILVA; (Orgs.). *Reflexões sobre Defesa e Segurança: Desafios para o Brasil*. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004.

ANDREAS, Peter. Redrawing the Line: Borders and Security in the Twenty-first Century. *International Security*, vol.28, n.2, pp.78-111, 2003.

ASHLEY, Richard K. The Poverty of Neorealism. *International Organization*, vol.38, n.2, pp.225-286, 1984.

ASSUMPCÃO, Marla B. Fronteiras territoriais *versus* fronteiras ideológicas: a geopolítica do anticomunismo ao marco das discussões sobre terrorismo de Estado no Cone Sul. *Espaço Plural*, n.27 (2), p.178-194, 2012.

AYERBE, Luis F. *Estados Unidos e a América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

_____. Os Estados Unidos e as Relações Internacionais Contemporâneas. *Contexto Internacional*, vol.27, n.2, pp.331-368, 2005.

BARAWI, Tarak; LAFFEY, Mark. The postcolonial moment in security studies. *Review of International Studies*, vol.32, issue 2, pp.329-352, abril, 2006.

BARBOSA, Rubens A. Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, n.1, pp.72-91, 2002.

BARROS, Mariana de O. Pós-positivismo em Relações Internacionais: contribuições em torno da problemática da identidade. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC-SP, 2006.

BARTOLOMÉ, Mariano C. La Triple Frontera: Principal Foco de Inseguridad en el Cono Sur Americano. *Military Review*, jul/ago, pp.61-74, 2002.

BARTOLOMÉ, Mariano C.; LLENDEROZAS, Elsa. *La Triple Frontera desde la perspectiva argentina: principal foco terrorista en el Cono Sur americano*. Paineel “Terrorismo y repercusiones hemisféricas: Argentina, Brasil, Ecuador, Costa Rica y Guatemala en perspectiva comparada”, 7-10 de agosto, Brasília, Center for Hemispheric Defense Studies, 2002.

BATISTA, Glauco F. N.; PECEQUILO, Cristina S. As consequências da Doutrina Bush para as políticas de segurança na América Latina. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v.9, n.1, pp.64-80, 2009.

BÉLIVEAU, Verónica G. La “triple frontera” y sus representaciones: Políticos y funcionarios piensan la frontera. *Frontera Norte*, vol.23, n. 46, pp.7-34, 2011.

BIGO, Didier. Frontières, territoire, sécurité, souveraineté. *CERISCOPE Frontières*, online, 2011. Disponível em: <http://ceriscope.sciences-po.fr/content/part1/frontieres-territoire-securite-souverainete>. Acesso em 15/03/2014.

BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. Beyond “identity”. *Theory and Society*, vol.29, pp.1-47, 2000.

BUZAN, Barry. As Implicações do 11 de Setembro para o Estudo das Relações Internacionais. *Contexto Internacional*, vol. 24, n.2, jul/dez, pp.233-265, 2002.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. Why International Relations has Failed as an Intellectual Project and What to do About it. *Millennium - Journal of International Studies*, vol. 30, n.1, pp.19-39, 2001.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. Slippery? Contradictory? Sociologically untenable? The Copenhagen School Replies. *Review of International Studies*, vol. 23, pp.241-250, 1997.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CAMPBELL, David. *Writing Security: United States Foreign Policy and the politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

CIRINO, Julio; ELIZONDO, Silvana; WAWRO, Geoffrey. Latin America’s Lawless Areas and Failed States: An Analysis of the “New Threats”. In.: TAYLOR, Paul (Org.). *Latin American Security Challenges: A Collaborative Inquiry from North and South*. Newport: Naval War College Press, 2004.

CONNELL, Curtis. *Understanding Islam and Its Impact in Latin America*. Maxwell Air Force Base, Alabama: A Research Report Submitted to Air Force Fellows, CADRE/AR, 63p., 2004.

DUQUE, Marina G. O Papel de Síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional. *Contexto Internacional*, vol. 31, n.3, set/dez, p.459-591, 2009.

EPSTEIN, Charlotte. Constructivism or the eternal return of universals in International Relations - Why returning to language is vital to prolonging the owl's flight. *European Journal of International Relations*, vol.19, n.3, pp.499-519, 2013.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Conselho de Segurança Nacional. *The national security strategy of the United States of America*. Washington, D.C., 2002. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html/>>. Acesso em: 04/07/2014.

_____. *Patterns of Global Terrorism*. Departamento de Estado, Gabinete do Coordenador de Contraterrorismo. Washington: GPO, 1992. Disponível em: http://fas.org/irp/threat/terror_92/latin.html. Acesso em: 18/06/2014.

FEARON, James; WENDT, Alexander. Rationalism v. constructivism: a skeptical view. In.: CARLNAES, W. TISSE, T.; SIMMONS, B. *Handbook of International Relations*. Londres: SAGE Publications, 2002.

FERREIRA, Marcos. A política de segurança dos Estados Unidos e a Tríplice Fronteira no pós 11 de setembro: uma análise dos interesses norte-americanos e o posicionamento brasileiro. Tese (doutorado). Campinas: IFCH/ UNICAMP. 2010.

FOGEL, Ramón. La región de la triple frontera: territorios de integración y desintegración. *Sociologias*, ano 10, n.20, jun./dez, p.270-290, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FUENTES, Claudio (ed.). *Bajo la mirada del Halcón: Estados Unidos-América Latina post 11/09/2001*. Santiago: FLACSO-Chile, 2004.

GUZZINI, Stefano. A Reconstruction of Constructivism in International Relations. *European Journal of International Relations*, vol. 6, n.2, pp.147-192, 2000.

HANSEN, Lene. Images, Identity and Security: Bringing Together International Politics and Media Research. *Nordicom Review*, vol.2, 2008.

HERZ, Monica. Política de segurança dos EUA no pós-Guerra Fria. *Estudos Avançados*, vol. 16, n.46, p.85-104, 2002.

HIRST, Monica. América Latina-EUA em tempos de pós-Guerra Fria. *Revista USP*, São Paulo, n.84, pp.24-37, dezembro/fevereiro, 2009-2010.

_____. *As relações Brasil - Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional: evolução contemporânea, complexidades atuais e perspectivas para o século XXI*. Tese (Doutorado). Porto Alegre: FCE/UFRGS, 2011.

HOPF, Ted. The Promise of Constructivism in International Relations Theory. *International Security*, vol. 23, n.2, pp.171-200, 1998.

HUDSON, Rex. *Terrorist and Organized Crime Groups in the Tri-Border Area (TBA) of South America*. Relatório preparado pela Federal Research Division, Biblioteca do Congresso, 2003.

HUYSMANS, Jef. International Politics of Insecurity: Normativity, Inwardness and the Exception. *Security Dialogue*, vol.37, n.1, pp.11-29, 2006.

JACKSON, Richard. *The Politics of Threat and Danger: Writing the War on Terrorism*. Trabalho apresentado na Conferência Annual da British International Studies Association (BISA), Universidade de Warwick, 2004.

KELSTRUP, Morten. Globalisation and societal insecurity: the securitisation of terrorism and competing strategies for global governance. In.: GUZZINI, Stefano; JUNG, Dietrich (Orgs.). *Contemporary security analysis and Copenhagen peace research*. Londres: Routledge, 2004.

MILLIKEN, Jennifer. The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods. *European Journal of International Relations*, vol. 5, n.2, pp.225-254, 1999.

MUSUMECI, Martino G. Semiótica das securitizações governamentais na América do Sul contemporânea: construção das significações de segurança e defesa em documentos políticos da região. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 2011.

NEW YORK TIMES (NYT). Businessman Linked by U.S. to Hezbollah Is Arrested in Brazil in a Fraud Scheme. 20/05/2013. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/05/21/world/americas/man-linked-by-us-to-hezbollah-is-arrested-in-brazil.html?_r=0>. Acessado em: 11/07/2014.

_____. South America Region Under Watch for Signs of Terrorists. 15/12/2002. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2002/12/15/world/south-america-region-under-watch-for-signs-of-terrorists.html>>. Acessado em: 11/07/2014.

_____. Terrorists Are Sought in Latin Smugglers' Haven. 27/09/2001. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2001/09/27/international/americas/27PARA.html>>. Acessado em: 11/07/2014.

_____. U.S. Expands Role of Diplomats in Spying. 28/11/2010. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2010/11/29/world/29spy.html>> . Acessado em: 11/07/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 1373 (2001). Conselho de Segurança, Nova Iorque, 28 de setembro de 2001.

PARO, Denise. *Terrorismo na Tríplice Fronteira: o discurso da incerteza*. Artigo apresentado no Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 2007.

POLETTO, Ricardo dos S. *Terrorismo e contra-terrorismo na América do Sul: as políticas de segurança de Argentina, Colômbia e Peru*. Dissertação (Mestrado). Brasília: UnB, 2009.

RABOSSI, Fernando. Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

RESENDE, Erica Simone A. *Americanidade, puritanismo e política externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

RIBEIRO, Gustavo L. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.25, n.74, out., p.21-38, 2010.

_____. Economic globalization from below. *Etnográfica*, vol.10, n.2, pp. 233-249, 2006.

RODRIGUES, Thiago M. de S. Estados Unidos, América Latina e o combate ao narcotráfico. In.: TOSTES, Ana P.; RESENDE, Erica S. A.; TEIXEIRA, Tatiana (Orgs.). *Estudos Americanos em Perspectiva: Relações Internacionais, Política Externa e Ideologias Políticas*. Curitiba: Editora Appris, 2013.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan G. Beyond Orthodoxy: Asserting Latin America's New Strategic Options Toward the United States. *Latin American Politics and Society*, vol. 53, n.4, p.127-146, 2011.

SMITH, Steve. Singing Our World into Existence: International Relations Theory and September 11. *International Studies Quarterly*, vol. 48, pp.499-515, 2004.

STERN, Jessica. The Protean Enemy. *Foreign Affairs*, vol. 82, n.4, p.27-40, 2003.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. *Contexto Internacional*, vol.25, n.1, jan/jul, pp.47-80, 2003.

VILLA, Rafael D.; OSTOS, Maria del P. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.42, vol.2, pp.86-110, 2005.

WAEVER, Ole. Securitization and Desecuritization. In.: LIPSCHUTZ, Ronnie (Org.). *On Security*. Nova Iorque: Columbia University Press, p.283-326, 2005.

_____. The rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, S. et al. (Orgs.). *International Theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WILLIAMS, Michael C. Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. *International Studies Quarterly*, vol.47, pp.511-531, 2003.

